

**CÂMARA MUNICIPAL
DE ALPIARÇA**

**CONSOLIDAÇÃO DE
CONTAS**

2022

ÍNDICE

Relatório de Gestão	2
Grupo a consolidar	4
Consolidação de contas – Demonstrações financeiras	6
Balanço consolidado	6
Demonstração de resultados consolidados	10
Fluxos de caixa consolidados	11
Alterações ao património líquido	13
Anexos às demonstrações financeiras	14
1 – Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	14
2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	15
3 – Ativos intangíveis	24
4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	24
5 – Ativos fixos tangíveis	24
6 – Locações	26
7 – Custos de empréstimos	26
8 – Propriedades de investimento	26
9 – Imparidades de ativos	27
10 - Inventários	27
13 – Rendimentos de transações com contraprestação	28
14 – Rendimentos de transações sem contraprestação	29
15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	29
18 – Instrumentos financeiros	30
19 – Benefícios dos empregados	31
20 – Divulgações de partes relacionadas	32
22 – Interesses em outras entidades	32
Outras informações	33
Demonstração consolidada do desempenho orçamental	33
Documentos das entidades participadas	45
Assinaturas	88
Certificação legal de contas	89

CÂMARA MUNICIPAL
DE ALPIARÇA

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

2022

Remeter à Reunião de Câmara, 19/06/2023

A Presidente de Câmara

(Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes)

Presente em Reunião de Câmara de 22/06/2023

Deliberação: Aprovada por maioria com os
votos contra dos senhores Vere-
dores da CDU.

Janesse Dias

Presente em Assembleia Municipal de 29/06/2023

Deliberação: Aprovada por maioria com 9
votos a favor, 8 do PS, um do TPA
e 5 votos contra da CDU.

Janesse Dias

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including a large '7' and 'w₂'.

RELATÓRIO DE GESTÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei 73/2013, de 03 de setembro), adiante designado por RFALEI, prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios, independentemente da respetiva tipologia e pelas áreas metropolitanas.

Já o associativismo municipal e a participação em entidades de direito público são objeto de diploma próprio. De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

Para efeitos de apuramento das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas devem atender à existência de controlo, relativamente a outras entidades e que se pode materializar através da detenção total ou parcial no caso dos serviços municipalizados e intermunicipalizados; da natureza empresarial no caso das empresas locais; ou de outra natureza por referência a condições de poder como sejam a detenção da maioria de capital ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão ou de resultado, como sejam o poder de exigir a distribuição de ativos ou de dissolver outra entidade. Ou em alternativa devem atender à presunção de controlo quando se verifique, relativamente a uma entidade, um dos seguintes indicadores de poder ou de resultado, a saber: a faculdade de vetar os orçamentos; a possibilidade de vetar, derrogar ou modificar as decisões dos órgãos de gestão; a detenção da titularidade dos ativos líquidos com direito de livre acesso a estes; a capacidade de conseguir a sua cooperação na realização de objetivos próprios, ou a assunção da responsabilidade subsidiária pelos passivos de outra entidade.

São sempre consolidadas, ainda que com métodos de consolidação diferenciados, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação, ou detenção do município, das entidades intermunicipais, ou entidade associativa municipal.

Já os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são as definidas para as entidades do sector público administrativo.

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (DL 192/2015, de 11 de setembro, adiante designado por SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de

contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Perímetro de Consolidação SNC-AP

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização

Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)

Relativamente ao perímetro de consolidação orçamental, no caso da administração local, o perímetro de consolidação é composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas sectoriais publicadas pelo INE, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Nesta situação encontra-se a AgroAlpiarça, CIPRL, que sendo considerada uma entidade pública reclassificada aplica o SNC simplificado e não o SNC-AP, não aplicando também a NCP26.

Assim sendo e em conformidade com a faq.18 da Comissão de Normalização Contabilística, “As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.”, o que no caso do Município de Alpiarça irá acontecer, isto é, irá apresentar a consolidação orçamental apenas com os seus mapas.

- Perímetro de natureza financeira (NCP22/23)

Neste caso o Município de Alpiarça vai fazer a consolidação com a AgroAlpiarça, CIPRL (método de consolidação Integral) e AR- Águas do Ribatejo, EM SA (método equivalência patrimonial)

Relativamente à AgroAlpiarça, CIPRL, utilizamos o método da consolidação integral sendo necessário desenvolver as seguintes etapas:

- Acumulação das contas do balanço e da demonstração de resultados, através da simples adição;
- Repartição entre os capitais próprios e resultados do exercício com base na participação do Município e entidades terceiras (interesses que não controlam);
- Evidenciação da diferença entre o valor da participação financeira contabilizada no ativo do município e a correspondente fração que lhe cabe nos capitais próprios;
- Anulação de todas as operações entre entidades.

Relativamente à AR-Águas do Ribatejo, EM SA utilizamos o método equivalência patrimonial e uma vez que os lançamentos de consolidação foram efetivamente inscritos na contabilidade municipal, as demonstrações consolidadas referidas são iguais às individuais do Município.

Compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas consolidados e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, conforme estipulado no n.º 2 do art.º 76º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), ou seja, 31/06/2023 (econtas).

GRUPO A CONSOLIDAR

Com a já referida publicação da RFALEI, a AGROALPIARÇA, CIPRL é integrada no perímetro de consolidação utilizando-se o método de consolidação integral.

A participada AR-Águas do Ribatejo, EM SA foi integrada no perímetro de consolidação pelo método de equivalência patrimonial, pelo facto do município de Alpiarça participar no respetivo capital social em 5,4%.

Entidade consolidante

Município de Alpiarça (CMA)

NIF: 501 133 097.

Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA.

Natureza da atividade: Pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos, que visa a prossecução de interesses próprios das respetivas populações.

Atividade desenvolvida encontra-se relatada no Relatório de Gestão aprovado pelo executivo em 26 de abril de 2023 e pela Assembleia Municipal em 27 de abril de 2023.

Entidades consolidadas

Método Integral

AgroAlpiarça, CIPRL (AGRO)

NIF: 502 000 066.

Rua José Relvas, 387, 2090-105 Alpiarça.

Capital social – 150.000,00€.

Participação direta do Município de Alpiarça no capital social – 99,87%.

Natureza da atividade – Agricultura e comércio de vinhos.

Atividade desenvolvida – O Relatório de Contas de Atividades, Conta de Gerência e anexos às Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral em 27 de março de 2023.

AR – Águas do Ribatejo, EM SA

NIF: 508 345 464.

Rua Gaspar da Costa Ramalho, 38, 2120-066 Salvaterra de Magos.

Capital social – 13.743.362,00€.

Participação direta do município de Alpiarça no capital social – 5,4%.

Natureza de atividade – Exploração e gestão dos sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social.

Atividade desenvolvida – O Relatório e Contas de Atividades, Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 30 de março de 2023.

As contas aprovadas pela empresa AR – Águas do Ribatejo, EM SA, foram objeto de certificação pela entidade Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Entidades participadas em que o Município não tem de fazer consolidação de contas

Entidade	Sede social	% Capital detido	Principal atividade
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Cartaxo	0,00751	Afirmação da entidade histórico-cultural, patrimonial, económico-social dos municípios portugueses e dos territórios ligados à produção de vinhos de qualidade.
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	0,28	Defesa, promoção e dignificação do poder local.
APMCH - Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	Lamego	0,00527	Promoção, reabilitação e revitalização dos centros históricos.
CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	Santarém	5,85	Artigo 2º dos estatutos da CIMLT publicados no diário da República, 2ª série-n.º 6 – o Janeiro de 2014.
Resiurb - Associação de Municípios para o Tratamento de Resíduos Sólidos	Almeirim	9,91	Recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos.
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	Santarém	3,78	Gestão do Património da Antiga Assembleia Distrital de Santarém
Tagusgás, SA	Cartaxo	0,01	Exploração da rede de distribuição de gás natural.

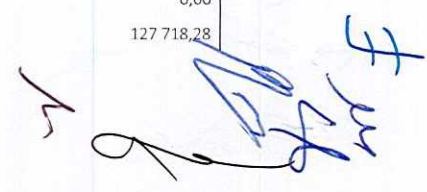
Uma vez que AMPV, ANMP, APMCH, Resiurb, AMVT e CIMLT constituem entidades associativas municipais e intermunicipais, são, por via do n.º 2 do artigo 75.º do RFALEI, consideradas entidades consolidantes, pelo que não integrarão o perímetro de consolidação.

Quanto á empresa Tagusgás, SA devido a pequena participação do município e pelo facto de não haver controlo, sobre a mesma, também não integra o perímetro de consolidação.

CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço consolidado

Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Elimina- ções recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transfe- rência Interesses Minoritários	Re- gistros 2008	Transfe- rência Resultados	Total Con- solidado
RÚBRICAS										
ATIVO										
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	51 822 070,48	455 202,16	52 277 272,64							52 277 272,64
Propriedades de investimento	4 449 483,69	0,00	4 449 483,69							4 449 483,69
Ativos intangíveis	44 743,45	0,00	44 743,45							44 743,45
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00							0,00
Participações financeiras	3 875 504,25	987,07	3 876 491,32	-51 014,31						3 825 477,01
Devedores por empréstimos bonificados e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00							0,00
Acionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferimentos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00							0,00
Ativos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00							0,00
Clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00							0,00
	60 191 801,87	456 189,23	60 647 991,10	-51 014,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60 596 976,79
Ativo corrente										
Inventários	167 123,01	70 407,09	237 530,10							237 530,10
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00							0,00
Devedores por transferências e sub. Reembolsáveis	0,00	0,00	0,00							0,00
Devedores por empréstimos bom. e sub. reembolsáveis	0,00	0,00	0,00							0,00
Clientes, contribuintes e utentes	71 671,87	86 761,11	158 432,98	-30 714,70						127 718,28



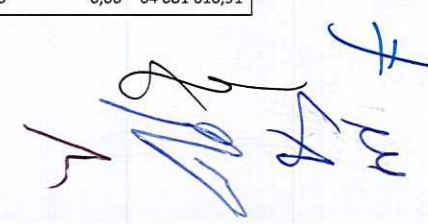
Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Elimina- ções reciprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transfe- rência Interesses Minoritários	Re- gistros 2008	Transfe- rência Resultados	Total Con- solidado
RÚBRICAS										
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00							0,00
Acionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras contas a receber	1 334 083,93	26 048,87	1 360 132,80	-3 544,65						1 356 588,15
Diferimentos	16 135,01	2 601,03	18 736,04							18 736,04
Ativos Financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00							0,00
Ativos não correntes detidos para venda	0,00	0,00	0,00							0,00
Caixa e depósitos	1 610 312,87	133 748,68	1 744 061,55							1 744 061,55
	3 199 326,69	319 566,78	3 518 893,47	-34 259,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3 484 634,12
Total do ativo	63 391 128,56	775 756,01	64 166 884,57	-85 273,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64 081 610,91
PATRIMÓNIO LÍQUIDO										
Património/capital	36 564 511,59	149 805,00	36 714 316,59	-149 805,00						36 564 511,59
Ações (quotas) próprias	0,00	0,00	0,00							0,00
Outros investimentos de cap tal próprio	0,00	0,00	0,00							0,00
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00							0,00
Reservas	256 291,74	102 482,44	358 774,18							358 774,18
Resultados transitados	8 400 427,48	-379 793,02	8 020 634,46	507 811,60						8 528 446,06
Ajustamentos em ativos financeiros	2 427 621,44	0,00	2 427 621,44	98 790,69						2 526 412,13
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras variações de património líquido	7 797 060,96	188 683,21	7 985 744,17	-46 547,85						7 939 196,32
Resultado líquido do exercício	378 495,18	-10 163,33	368 331,85	65 649,70						433 981,55
Dividendos antecipados	0,00	0,00	0,00							0,00
Interesse que não controlam	0,00	66,40	66,40							66,40
Total do património líquido	55 824 408,39	51 080,71	55 875 489,10	475 899,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56 351 388,24
Passivo não corrente										

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI

Município de Alpiarça

Rubricas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Elimina- ções recíprocas	Anul. Equivalência Patrimonial	Anulação Participações Financeiras	Transfe- rência Interesses Minoritários	Re- gistos 2008	Transfe- rência Resultados	Total Con- solidado
RÚBRICAS										
Provisões	248 851,93	0,00	248 851,93							248 851,93
Financiamentos obtidos	4 310 738,55	252 280,95	4 563 019,50	-194 258,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4 368 761,03
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00							0,00
Responsabilidade por benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00							0,00
Diferimentos	1 000 241,75	0,00	1 000 241,75							1 000 241,75
Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras contas a pagar	104 758,71	0,00	104 758,71							104 758,71
	5 664 590,94	252 280,95	5 916 871,89	-194 258,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5 722 613,42
Passivo corrente										
Credores por transf. e sub. não reembolsáveis concedidos	0,00	0,00	0,00							0,00
Fornecedores	38 227,27	311 487,49	349 714,76	-282 740,58						66 974,18
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00							0,00
Estado e outros entes públicos	94 400,75	10 756,82	105 157,57							105 157,57
Acionistas/ sócios e associados	0,00	0,00	0,00							0,00
Financiamentos obtidos	563 850,73	32 250,43	596 101,16							596 101,16
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00							0,00
Outras contas a pagar	1 205 650,48	117 899,61	1 323 550,09	-84 173,75						1 239 376,34
Diferimentos	0,00	0,00	0,00							0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00							0,00
	1 902 129,23	472 394,35	2 374 523,58	-366 914,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 007 609,25
Total do passivo	7 566 720,17	724 675,30	8 291 395,47	-561 172,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 730 222,67
Total do património líquido e passivo	63 391 128,56	775 756,01	64 166 884,57	-85 273,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	64 081 610,91



Movimentos de consolidação - Eliminações recíprocas e diferenças encontradas

Notas

1	anulação da participação social na AGRO	149.805,00	57	98.790,69
			41	51.014,31
			51	149.805,00
2	Dividas da CM à AGRO - Valor em divida nas contas da CMA	0,00	22	0,00
			62	0,00
3	Valor em divida da CMA nas contas da AgroAlpiarça	3.976,86	21	3.976,86
			71	3.976,86
4	Faturas de anos anteriores pagas pela CMA	2.114,69	56	2.114,69
			56	2.114,69
5	Faturas do ano em curso pagas pela CMA	769,89	62	769,89
			71	769,89
6	Subsídio para equilíbrio de contas (art.º 40, Lei 50/2012 de 31/08)	46.547,85	60	46.547,85
			59	46.547,85
7	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços) - Conta corrente CMA	102.089,44	215	102.089,44
			219	102.089,44
8	Dividas da AGRO à CM (bens e serviços) - Conta corrente AgroAlpiarça	84.260,54	278	84.173,75
			22	86,79
			56	84.260,54
9	Dividas da AGRO à CM (Rendas) - Conta corrente CMA	280.740,05	215	254.002,21
			78	26.737,84
			211	26.737,84
10	Dividas da AGRO à CM (Rendas) - Conta corrente AgroAlpiarça	282.653,79	22	282.653,79
			62	26.737,84
			56	255.915,95
11	Valor de imparidades lançadas nas contas correntes da CMA	254.002,21	56	26.623,36
			68	26.623,36
			219	254.002,21
12	Empréstimo da CMA a AgroAlpiarça (suprimentos)	194.258,47	209	194.258,47
			56	194.258,47
			25	194.258,47
			203	194.258,47
13	Devedores por acréscimo de resultados - Conta corrente AgroAlpiarça	3.544,65	27	3.544,65
			71	3.544,65
14	Resultado Líquido (Consolidado)	433.981,55	88	-65.649,70

Demonstração dos Resultados por Natureza Consolidados

Rendimentos e gastos	Notas	CMA	AGROALPIARÇA	Total Agregado	Eliminações recíprocas	Anul. Eq. Patrimonial	Trf IM Rliq	Amortização Goodwill	Total Consolidado
Impostos, contribuições e taxas		2.068.018,24	0,00	2.068.018,24					2.068.018,24
Vendas		14.050,61	363.632,89	377.683,50	-8.291,40				369.392,10
Prestações de serviços e concessões		642.223,59	0,00	642.223,59					642.223,59
Rendimentos/ Gastos imputados entidades controladas		110.002,43	0,00	110.002,43					110.002,43
Transferências e subsídios correntes obtidos		4.899.768,35	12.456,89	4.912.225,24					4.912.225,24
Variações nos inventários da produção		0,00	-151.949,59	-151.949,59					-151.949,59
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00	0,00					0,00
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas		-394.787,04	-42.064,67	-436.851,71					-436.851,71
Fornecimentos e serviços externos		-1.708.767,09	-109.579,65	-1.818.346,74	27.507,73				-1.790.839,01
Gastos com pessoal		-3.779.700,53	-173.121,57	-3.952.822,10					-3.952.822,10
Transferências e subsídios concedidos		-1.055.102,21	0,00	-1.055.102,21	46.547,85				-1.008.554,36
Prestações sociais		0,00	0,00	0,00					0,00
Imparidades de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		11.657,08	-1.063,61	10.593,47					10.593,47
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		22.094,29	0,00	22.094,29					22.094,29
Provisões (aumentos/reduções)		418.053,27	0,00	418.053,27					418.053,27
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00					0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00	0,00					0,00
Outros rendimentos		1.311.725,44	129.229,75	1.440.955,19	-26.737,84				1.414.217,35
Outros gastos		-250.914,03	-14.134,47	-265.048,50	26.623,36				-238.425,14
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2.308.322,40	13.405,97	2.321.728,37	65.649,70	0,00	0,00	0,00	2.387.378,07
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-1.883.037,01	-18.469,99	-1.901.507,00					-1.901.507,00
Imparidades de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00	0,00					0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		425.285,39	-5.064,02	420.221,37	65.649,70	0,00	0,00	0,00	485.871,07
Juros e rendimentos similares obtidos		4.928,80	0,00	4.928,80					4.928,80
Juros e gastos similares suportados		-51.719,01	-5.085,71	-56.804,72					-56.804,72
Resultados antes de impostos		378.495,18	-10.149,73	368.345,45	65.649,70	0,00	0,00	0,00	433.995,15
Imposto sobre o rendimento		0,00	-26,83	-26,83					-26,83
Resultado líquido do período		378.495,18	-10.176,56	368.318,62	65.649,70	0,00	0,00	0,00	433.968,32
Entidade consolidante		378.495,18	-10.163,33	368.331,85	65.649,70	0,00	0,00	0,00	433.981,55
Interesses que não controlam			-13,23						-13,23

Notas			
1	Dividas da CM à AGRO	62	769,89
		7112	4.746,75
2	Dividas da AGRO à CM (Rendas)	78	26.737,84
		62	26.737,84
3	Subsidio para equilibrio de contas (art.º 40, Lei 50/2012 de 31/08)	60	46.547,85
4	Gastos com provisões	68	26.623,36
5	Devedores por acréscimo de resultados	71	3.544,65
6	Resultado Líquido	88	-65.649,70

Fluxos de caixa consolidados

Rubricas	Notas	Períodos				
		CMA	Agroalpiarça	Total agregado	Anulações recíprocas	Total consoli- dado
		31/12/2022	31/12/2022			
Recebimentos de clientes		662 819,13	385 531,30	1 048 350,43	-52 317,01	996 033,42
Recebimentos de contribuintes		1 969 089,84		1 969 089,84		1 969 089,84
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		4 928 196,24		4 928 196,24		4 928 196,24
Recebimentos de utentes		72 157,09		72 157,09		72 157,09
Pagamentos a fornecedores		-2 305 237,15	-183 813,97	-2 489 051,12	52 317,01	-2 436 734,11
Pagamentos ao pessoal		-3 694 787,18	-174 739,76	-3 869 526,94		-3 869 526,94
Pagamentos a contribuintes / Utentes				0,00		0,00
Pagamentos de transferências e subsídios		-638 148,78		-638 148,78	46 547,85	-591 600,93
Pagamentos de prestações sociais				0,00		0,00
Caixa gerada pelas operações		994 089,19	26 977,57	1 021 066,76	46 547,85	1 067 614,61
Recebimento do imposto sobre o rendimento			-25,74	-25,74		-25,74
Pagamento do imposto sobre o rendimento				0,00		0,00
Outros recebimentos		79 796,68	88 233,12	168 029,80	-46 547,85	121 481,95
Outros pagamentos		-179 871,60		-179 871,60		-179 871,60
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		894 014,27	115 184,95	1 009 199,22	0,00	1 009 199,22
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>				0,00		0,00
Pagamentos respeitantes a:				0,00		0,00
Ativos fixos tangíveis		-2 217 000,07	-28 798,67	-2 245 798,74		-2 245 798,74
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00		0,00
Propriedades de investimento		-133 849,43	-179,97	-134 029,40		-134 029,40
Investimentos financeiros		-5 515,62		-5 515,62		-5 515,62
Outros ativos				0,00		0,00
Recebimentos respeitantes a:				0,00		0,00
Ativos fixos tangíveis		448 084,26		448 084,26		448 084,26
Ativos intangíveis				0,00		0,00
Propriedades de investimento		252 765,44		252 765,44		252 765,44
Investimentos financeiros				0,00		0,00
Outros ativos				0,00		0,00
Subsídios ao investimento		947 727,73	56 293,46	1 004 021,19		1 004 021,19
Transferências de capital		470 592,00		470 592,00		470 592,00
Juros e rendimentos similares				0,00		0,00
Dividendos		4 928,80		4 928,80		4 928,80
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-232 266,89	27 314,82	-204 952,07	0,00	-204 952,07
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>				0,00		0,00
Recebimentos respeitantes a:				0,00		0,00
Financiamentos obtidos		720 307,18	-45 294,84	675 012,34		675 012,34
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital				0,00		0,00
Cobertura de prejuízos				0,00		0,00
Doações				0,00		0,00
Outras operações de financiamento				0,00		0,00
Pagamentos respeitantes a:				0,00		0,00
Financiamentos obtidos		-513 410,77		-513 410,77		-513 410,77
Juros e gastos similares		-51 591,13	-5 297,52	-56 888,65		-56 888,65
Dividendos				0,00		0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital				0,00		0,00
Outras operações de financiamento				0,00		0,00

Rubricas	Notas	Períodos				
		CMA	Agroalpiarça	Total agregado	Anulações recíprocas	Total consoli- dado
		31/12/2022	31/12/2022			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		155 305,28	-50 592,36	104 712,92	0,00	104 712,92
				0,00		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		817 052,66	91 907,41	908 960,07	0,00	908 960,07
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		793 260,21	41 841,27	835 101,48	0,00	835 101,48
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 610 312,87	133 748,68	1 744 061,55	0,00	1 744 061,55
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E OS SEUS EQUIVALENTES E SALDO GERÊNCIA				0,00		0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		793 260,21		793 260,21		793 260,21
- Equivalentes a caixa no início do período		-471 832,07		-471 832,07		-471 832,07
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		471 832,07		471 832,07		471 832,07
- Variações cambiais de caixa no início do período		0,00	0,00	0,00		0,00
= Saldo da gerência anterior		793 260,21	0,00	793 260,21		793 260,21
De execução orçamental		676 424,17		676 424,17		676 424,17
De operações de tesouraria		116 836,04		116 836,04		116 836,04
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 610 312,87	133 748,68	1 744 061,55		1 744 061,55
- Equivalentes a caixa no fim do período		-805 260,07		-805 260,07		-805 260,07
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		805 260,07		805 260,07		805 260,07
- Variações cambiais de caixa no fim do período		0,00	0,00	0,00		0,00
= Saldo da gerência		1 610 312,87	133 748,68	1 744 061,55		1 744 061,55
De execução orçamental		1 473 157,04		1 473 157,04		1 606 905,72
De operações de tesouraria		137 155,83		137 155,83		137 155,83

Movimentos de consolidação - Eliminações recíprocas			
	Receita	Despesa	
Município de Alpiarça	2 884,58	2 884,58	Faturação paga à Agroalpiarça e vice versa
Agroalpiarça	2 884,58	2 884,58	
Município de Alpiarça	46 547,85	46 547,85	Subsídio para equilíbrio de contas (art.º 40, Lei 50/2012 de 31/08)
Agroalpiarça	46 547,85	46 547,85	

* Valores retirados da conta corrente do Município de Alpiarça

Alterações ao património líquido

Município de Alpiarça	Notas	Capital/Património subscrito	Ações (quotas próprias)	Outros inst. Cap próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações patrimonial líquido	Resultado líquido período	Total	Interesses que não controlam	Total património líquido
Posição no início do período	(1)	36.564.511,59	0,00	0,00	0,00	256.291,74	8.564.394,21	2.376.216,21	0,00	7.071.119,33	-163.966,73	54.668.566,35	0,00	54.668.566,35
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	725.941,63	0,00	725.941,63	0,00	725.941,63
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.966,73	51.405,23	0,00	0,00	163.966,73	51.405,23	0,00	51.405,23
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.966,73	51.405,23	0,00	725.941,63	163.966,73	777.346,86	0,00	777.346,86
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	378.495,18	378.495,18	0,00	378.495,18
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	542.461,91	1.155.842,04	0,00	1.155.842,04
Operações com detentores de capital no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital/património		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subscrições de prémios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	36.564.511,59	0,00	0,00	0,00	256.291,74	8.400.427,48	2.427.621,44	0,00	7.797.060,96	378.495,18	55.824.408,39	0,00	55.824.408,39
AgroAlpiarça, CIPRL - Início		149.805,00	0,00	0,00	0,00	102.482,44	-333.219,46	0,00	0,00	90.835,27	0,00	9.903,25	12,89	9.916,14
Alterações no período		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-46.573,56	0,00	0,00	97.847,94	0,00	51.274,39	66,74	51.341,13
Resultado líquido do período											-10.163,33	-10.163,33	-13,23	-10.176,56
AgroAlpiarça, CIPRL - Fim		149.805,00	0,00	0,00	0,00	102.482,44	-379.793,02	0,00	0,00	188.683,21	-10.163,33	51.014,31	66,40	51.080,71
Eliminações recíprocas		-149.805,00					507.811,60	98.790,69		-46.547,85	65.649,70	475.899,14		475.899,14
Total consolidado		36.564.511,59	0,00	0,00	0,00	358.774,18	8.528.446,06	2.526.412,13	0,00	7.939.196,32	433.981,55	56.351.321,84	66,40	56.351.388,24

Anexos às Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Alpiarça

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 – Perímetro de consolidação

Entidade	Sede	Participação		Relação entre entidades	Método de consolidação
		%	Valor		
Município de Alpiarça	Rua José Relvas, 374, 2090-106 ALPIARÇA	-	-	Entidade mãe	-
AgroAlpiarça, CIRPL	Rua José Relvas, 387, 2090-105 Alpiarça	99,87	149.805,00	Entidade controlada	Integral
AR-Águas do Ribatejo, EM SA	Rua Gaspar da Costa Ramalho, 38, 2120-066 Salvaterra de Magos	5,4	742.141,55	Entidade não controlada	Equivalência patrimonial

1.2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Referencial contabilístico

Em 2022 as demonstrações financeiras do Município de Alpiarça foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Em 2022, o Município, aplicou o SNC-AP, sendo que a data de transição para este novo referencial contabilístico é 1 de janeiro de 2020.

A informação comparativa é feita com o ano de 2021.

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2022	2021
Caixa	1.660,02	1.421,27
Depósitos à ordem	937.141,46	361.848,14
Depósitos à Ordem no Tesouro	0,00	0,00
Depósitos bancários à ordem	937.141,46	361.848,14
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Depósitos consignados	331.032,79	436.272,21
Depósitos de garantias e cauções	474.227,28	35.559,86
Total de caixa e de depósitos	1.744.061,55	835.101,48

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

2.1 BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

Não obstante o referido acima, acerca da comparabilidade, sempre que possível as Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo intangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente legados constituídos por espólios pessoais de figuras relevantes da história e cultura, aqueles não se encontram reconhecidos.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

O cálculo da vida útil deste tipo de ativos está dependente de vários fatores, conforme previsto na NCP 3, sendo que no nosso caso é solicitada informação aos serviços competentes para definição do número de anos a atribui a cada um dos ativos.



Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos intangíveis adquiridos até 31/12/2019.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos. Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar influxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos Ativos fixos tangíveis móveis adquiridos até 31/12/2019, sendo que aos edifícios e outras construções foi tido em consideração o CC2, o que implicou ajustamentos nas vidas úteis, nas amortizações e nos subsídios ao investimento.

d) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Propriedades de investimento

O Município contabiliza como propriedades de investimento os terrenos e edifícios (ou parte deles) detidos para obtenção de rendas ou valorização de capital, sempre que tais ativos, não se integrem nas atividades atribuídas ao Município.

As propriedades de investimento do Município encontram-se reconhecidas e mensuradas pelo modelo do custo, isto é, ao custo menos depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo.

Na transição, foram reclassificadas as Propriedades de investimento que haviam sido reconhecidos noutra classe de ativos de acordo com o POAL, mas que de acordo com as normas de contabilidade pública atuais pertencem a esta classe de ativos.

f) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município utiliza o método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influência significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- (b) Participação em processos de decisão de políticas;
- (c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- (d) Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
- (e) Prestação de informação técnica essencial.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados. Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido. Temos nesta situação a AgroAlpiarça, CIRPL e Ar-Águas do Ribatejo, EM, SA.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

g) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o Município procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender e o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo inclui o custo de aquisição, bem como as despesas adicionais de compra. O valor realizável líquido refere-se à quantia líquida que a entidade espera realizar com a venda dos inventários no decurso normal das operações.

Quando o valor do custo é superior ao valor realizável líquido é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados "Perdas por imparidade em inventários" e "Reversões de perdas por imparidade em inventários".

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio de saídas adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

i) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro e qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- (c) Um direito contratual:
 - (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
 - (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo amortizado e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são

registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) Uma obrigação contratual:
 - (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou
 - (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo amortizado, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

7.04 22
[Handwritten signature and date]

k) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l) Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" ou "Diferimentos".

m) Rendimentos

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas, ou outros documentos legais emitidos. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Impostos e taxas

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. Uma entidade deve reconhecer um ativo relativo a impostos quando o acontecimento tributável ocorrer e os critérios de reconhecimento do ativo forem satisfeitos.

Transferências e subsídios correntes e de capital obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.



A dotação do Orçamento do Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e a depreciação e amortização de ativos são diferidos no Balanço, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no Passivo, sendo posteriormente transferidos para Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

n) Partes relacionadas

O Município identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município;

o) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 9.º, do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

Para efeitos de IVA, o Município, assume-se como sujeito passivo misto.

2.2 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Especial atenção para evolução da guerra que está a decorrer entre a Rússia e a Ucrânia.

O Município de Alpiarça, tendo presente este período de transição, adotou o estipulado na IPSAS 33 - Adoção pela primeira vez da base do acréscimo das IPSAS, que aguarda legislação nacional, permitindo nos próximos dois anos melhorar e evoluir a informação prestada.

Especial atenção para evolução da pandemia causada pela doença COVID-19, bem como na guerra que está a decorrer entre a Rússia e a Ucrânia.

3. ATIVOS INTANGÍVEIS

No quadro seguinte está demonstrado os montantes dos ativos intangíveis quantia bruta, amortizações acumuladas e a quantia escriturada no ano de 2022:

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	231.767,37	187.022,92	44.744,45
Propriedade industrial e intelectual	636,72	636,72	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00

4. ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Existem dois contratos de concessão de serviços, cujos objetos consistem na Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município de Alpiarça e na Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais

Pela exploração dos serviços de Distribuição de energia elétrica em baixa tensão a entidade EDP/E-Redes paga uma contrapartida trimestral, calculada anualmente de acordo com o DL 230/2008, de 27/11.

Quanto à exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais, a entidade AR-Águas do Ribatejo, EM SA, não tem nenhuma contrapartida financeira.

A 31 de dezembro de 2022 os Acordos de concessão de serviços apresentam os seguintes valores:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos do concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Distribuição de energia elétrica em baixa tensão na área do Município do Alpiarça	EDP Distribuição - Energia S.A. / E-Redes	Não se encontram quaisquer ativos de distribuição de energia reconhecidos	20 anos (de 01/10/1984 até 30/09/2004), renovado por mais um período (01/10/2004 a	Valor da renda apurada anualmente conforme DL 230/2008, de 27/11	4.491.274,58	277.004,11	A calcular com base no Art. 2º do DL 230/2008, de 27/11

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos do concessionário		
					Anos	Ano	Anos
		no património municipal	30/09/2024)				
Gestão e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água para o consumo público e de saneamento de águas residuais	AR-Águas do Ribatejo, EM SA	Toda a rede de águas e saneamento está lançado no nosso património como Ativo de concessão	40 anos (de 21/08/2008 a 20/08/2048)	0	0	0	0

1 - Os valores pagos de anos anteriores pela EDP E-Redes tem como início 2004

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

No quadro seguinte está demonstrado os montantes dos ativos tangíveis quantia bruta, amortizações acumuladas e a quantia escriturada no ano de 2022:

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imp. acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	42.567.373,57	16.354.604,21	0,00	26.212.769,36
Terrenos e recursos naturais	937.936,67	41.012,65	0,00	896.924,02
Edifícios e outras construções	1.086.410,61	236.195,94	0,00	850.214,67
Infraestruturas	19.598.413,54	16.077.395,62	0,00	3.521.017,92
Património histórico, artístico e cultural	20.944.612,75	0,00	0,00	20.944.612,75
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão	13.809.625,92	10.070.961,57	0,00	3.738.664,35
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	13.809.625,92	10.070.961,57	0,00	3.738.664,35
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	33.640.848,79	11.288.248,59	0,00	22.352.600,20
Terrenos e recursos naturais	7.312.956,65	0,00	0,00	7.312.956,65
Edifícios e outras construções	19.953.205,04	7.121.785,18	0,00	12.831.419,86
Equipamento básico	2.270.985,37	1.757.547,70	0,00	513.437,67
Equipamento de transporte	2.054.956,27	1.722.226,13	0,00	332.730,14

Rubricas	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imp. acum.	Quantia escriturada
Equipamento administrativo	387.972,35	317.524,15	0,00	70.448,20
Equipamentos biológicos	99.784,01	59.534,84	0,00	40.249,17
Outros	375.030,33	309.630,59	0,00	65.399,74
Ativos fixos tangíveis em curso	1.185.958,77	0,00	0,00	1.185.958,77

6. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2022, o grupo apresenta os seguintes valores relativos a locações operacionais e financeiras:

Bens Locados	Valor do contrato	Acompanhamento		
		Pagamentos do período	Pagamentos efetuados	Valor por executar
Locações operacionais	99.353,11 €	55.862,79 €	71.431,35 €	27.921,76 €
Locações financeiras	12.601,63 €	2.405,06 €	12.349,60 €	252,03 €

7. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe da rubrica de financiamento obtido consolidado, decomposto por corrente e não corrente, é o seguinte:

Designação	31-12-2022	31-12-2021
Empréstimos bancários	4.607.873,10	4.432.705,53
Corrente	596.101,16	528.570,33
Não corrente	4.011.771,94	3.904.135,20
Suprimentos - Outros	0,00	0,00
Corrente	0,00	0,00
Não corrente	0,00	0,00
TOTAL	4.607.873,10	4.432.705,53

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe da rubrica de propriedades de investimento consolidado, é o seguinte:

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. Internas	Depreciações do período	Perdas imparidade	Diminuições	Quantia escriturada final
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	1.937.925,33	0,00	0,00	0,00	0,00	173,72	1.937.751,61
Edifícios e outras construções	2.474.252,87	10.051,78	170.027,32	-142.599,89	0,00	0,00	2.511.732,08

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Adições	Transf. Internas	Depreciações do período	Perdas imparidade	Diminuições	Quantia escriturada final
Outras Propriedades de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedades de Investimento em curso	7.183,20	61.026,76	-68.209,96	0,00	0,00	0,00	0,00

9. IMPARIDADES DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe da rubrica imparidades de ativos, tinha a seguinte composição:

Classes	Quantia bruta	Perdas por imparidades acumuladas	Reversão de imparidades	Quantia recuperável
Devedores e credores por transferências, subsídios e empréstimos bonificados	406.947,26	0,00	0,00	406.947,26
Clientes, contribuintes e utentes	402.757,69	297.133,70	22.094,29	127.718,28
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	167.125,70	25.324,51	11.657,08	153.458,27

Apenas com movimentos de imparidades ou reversões

10. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Rubrica	Movimentos do período								Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	
Mercadorias	30.509,89	162.046,36	164.746,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.810,10
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	134.347,64	280.927,77	272.105,56	0,00	0,00	11.657,08	17.309,23	15.940,57	153.458,27
Produtos acabados e intermédios	179.478,81	0,00	0,00	142.571,71	0,00	0,00	378,52	0,00	36.528,58
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	29.114,88	0,00	0,00	9.377,88	0,00	0,00	3,85	0,00	19.733,15

Rubrica	Movimentos do período								Quantia escriturada final (9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
	Quantia escriturada inicial	Compras Líquidas	Consumos/ gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	-1	-2	-3	-4	-5	-6	-7	-8	
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	373.451,22	442.974,13	436.851,71	151.949,59	0,00	11.657,08	17.691,60	15.940,57	237.530,10

11. AGRICULTURA

Sem aplicação.

12. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Sem aplicação.

13. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, os Rendimentos de transações com contraprestação, evidenciava a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação	31-12-2022	31-12-2021
	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Taxas	55.679,25	35.953,37
Prestações de Serviços	642.223,59	606.945,88
Venda de bens	369.392,10	343.105,23
Juros		0,00
Royalties		0,00
Dividendos ou distribuições similares	4.928,00	0,00
Outros rendimentos	704.183,37	341.766,19
TOTAL	1.720.727,06	1.291.817,30

14. RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2022, os Rendimentos de transações com contraprestação, evidenciava a seguinte composição:

Tipo de transação sem contraprestação	31-12-2022		31-12-2021	
	Rendimento do período reconhecido em		Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido	Resultados	Património Líquido
Impostos diretos	1.213.776,44		1.266.299,43	0,00
Impostos indiretos	779.336,40		433.320,48	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			0,00	0,00
Taxas	656,67		0,00	0,00
Multas e outras penalidades	18.569,48		6.378,22	0,00
Transferências sem condição	4.899.768,35	341.108,56	4.713.130,61	423.198,85
Transferências com condição		956.271,50	12.456,89	920.629,89
Subsídios sem condição			0,00	0,00
Subsídios com condição			0,00	0,00
Legados, ofertas e doações			0,00	0,00
Outros			0,00	0,00
TOTAL	6.912.107,34	1.297.380,06	6.431.585,63	1.343.828,74

15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Provisões tinha a seguinte composição:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final (11)=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas	666.905,20									248.851,93
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso							418.053,27		418.053,27	
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total										248.851,93

16. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Sem aplicação.

17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Sem elementos a relatar.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos Ativos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	ativos financeiros ao justo valor por contrapartida em resultados	1421.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		1431.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		41 - Se MEP	3 425 342,01	0,00	3 425 342,01	3 514 029,09	0,00	3 514 029,09
		Subtotais	3 425 342,01	0,00	3 425 342,01	3 514 029,09	0,00	3 514 029,09
		Devedores p/transf.sub.emp.bonif.						
		201 - Dev. por transf. e sub. não reemb.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		203 - Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	Clientes, contribuintes e utentes						
		211 - Clientes c/c	119 286,88	0,00	119 286,88	124 084,33	0,00	124 084,33
		213 - Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		214 - Utentes	0,00	0,00	0,00	3,85	0,00	3,85
		215 - Cobrança duvidosa - 219 - Imparidades	281 120,27	275 039,41	6 080,86	280 405,49	273 261,02	7 144,47
		Outros ativos						
		23802 + 23822 - Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		24 - Estado e out.ent.públicos	0,00	0,00	0,00	451,54	0,00	451,54
		2720+2721 - Dev. por acréscimos	1 330 553,93	0,00	1 330 553,93	1 343 839,45	0,00	1 343 839,45
		228+ 2713 - Adiantamentos a fornecedores	10 775,02	0,00	10 775,02	5 645,85	0,00	5 645,85
		27891 - Devedores diversos (+) 2772 - Garantias entregues a terceiros (-) 2791 - Perdas p/ imparidades	26 051,18	4 748,13	21 303,05	25 597,36	4 748,13	20 849,23
		11.+12.+13.14 - Outros ativos financeiros	1 744 061,55	0,00	1 744 061,55	835 101,48	0,00	835 101,48
		41 Participações financeiras	200 067,50	0,00	200 067,50	200 067,50	0,00	200 067,50
		Subtotais	3 711 916,33	279 787,54	3 432 128,79	2 815 196,85	278 009,15	2 537 187,70
	Instrumentos de património líquido mensurados ao custo							
Subtotais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Totais	7 137 258,34	279 787,54	6 857 470,80	6 329 225,94	278 009,15	6 051 216,79	

PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		202 - Cred. por transf. e sub. não reemb.	0,00	0,00	0,00	37.682,67	0,00	37.682,67
		204 - Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis	370.555,09	0,00	370.555,09	370.555,09	0,00	370.555,09
		22 Fornecedores	211.803,71	0,00	211.803,71	226.178,78	0,00	226.178,78
		Outros passivos						
		23 - Pessoal (saldos credores)	145,79	0,00	145,79	71,03	0,00	71,03
		24 - Estado e out.ent.públicos	104.246,97	0,00	104.246,97	106.962,96	0,00	106.962,96
		271 - Fornecedores de investimentos	8.688,49	0,00	8.688,49	24.526,50	0,00	24.526,50
		2722 - Cred. por acréscimos	692.192,91	0,00	692.192,91	694.284,78	0,00	694.284,78
		218 - Adiantamentos de clientes	6.500,00	0,00	6.500,00	6.500,00	0,00	6.500,00
		276.-277.+ 2785.27892 - Credores diversos	121.899,97	0,00	121.899,97	122.199,97	0,00	122.199,97
		25 Financiamentos obtidos	4.337.410,69	0,00	4.337.410,69	4.432.705,53	0,00	4.432.705,53
		Subtotais	5.903.443,62	0,00	5.903.443,62	6.021.667,31	0,00	6.021.667,31
	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Compromissos de empréstimo mensurados ao custo menos imparidade	...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		...	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Totais		5.903.443,62	0,00	5.903.443,62	6.021.667,31	0,00	6.021.667,31

19. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O grupo no final de 2022 tinha ao seu serviço 193 colaboradores, com um custo, conforme se discrimina:

	2022	2021
Número médio de trabalhadores	193	190
Total de trabalhadores no Município	186	182
Total de trabalhadores na Agroalpiarça, CIRPL	7	8
Gastos com pessoal	3 952 822,10	3 778 705,02
Município de Alpiarça	3 779 700,53	3 576 993,94
Agroalpiarça, CIRPL	173 121,57	201 711,08

20. DIVULGAÇÃO DE PARTES RELACIONADAS

DIVULGAÇÃO DE CONTROLO

O Município de Alpiarça tem uma entidade controlada, AgroAlpiarça Produção Agrícola, CIPRL, detendo uma participação de 99,87%.

Considerando que a AgroAlpiarça Produção Agrícola, CIPRL, obteve um resultado antes de impostos negativo (10.149,73€), sendo o terceiro ano seguindo, deverá aplicar o previsto no n.º 1, do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, versão atualizada, ou seja, "Sem prejuízo do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de seis meses".

21. RELATO POR SEGMENTOS

Sem aplicação.

22. INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2022, o valor dos Investimentos financeiros contabilizados pela aplicação do método da equivalência patrimonial era o seguinte:

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Obs.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2022	
AR-Águas do Ribatejo, E.M., S.A.	Societária	508345464	742.268,00	13-12-2007	5,40	3.624.422,45	
AgroAlpiarça Produção Agrícola, CIPRL(a)	Não societária	502000066	149 805,00	12-04-1988	99,87	51.014,31	

Os restantes Investimentos financeiros detalham-se a seguir:

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Obs.
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2022	
Tagusgás Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	Societária	503956538	1 505,00	08-04-2004	0,01	1 505,00	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Societária	513319182	198 562,50	07-04-2005	0,05	198 562,50	

Participações em Entidade Não Societárias:

Entidade participada		Natureza	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Obs.
					em 2021	Forma de Realização		
Denominação	NIPC					Meios Monetários	Em espécie	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
AMPV	508038430	AMFE	94110	-	1 000,00	1 000,00	0,00	Quota
AMVT	514203846	AMFE	84130	-	3 711,00	3 711,00	0,00	Quota
ANMP	501627413	AM	91333	-	4 359,24	4 423,76	0,00	Quota
CIMLT	508787033	CIM	91333	2 657 079,90	39 696,00	47 208,00	0,00	Quota
APMCH	502131047	AMFE	91331	-	357,00	357,00	0,00	Quota
Resiurb	504876864	AM	94110	8 018 615,49	5 948,52	5 948,52	0,00	Quota

AMFE - Associação Municipal com Fins específicos

AM - Associação Municipal

CIM - Comunidade Intermunicipal

Outras informações

O balanço consolidado evidencia a posição financeira do grupo constituído pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, permitindo conhecer a natureza e o valor dos bens e direitos que constituem o respetivo ativo, bem como o montante das obrigações existentes à data de 31 de dezembro de 2022 e que constituem o passivo do grupo. A diferença entre aqueles dois agregados representam os fundos próprios do grupo naquela data.

A demonstração de resultados pretende evidenciar a decomposição do resultado líquido do período, isto é, da respetiva análise podemos obter informação sobre a importância assumida por cada um dos componentes do resultado líquido na formação do mesmo.

O resultado líquido consolidado, em 2022, traduziu-se num resultado positivo de 433.981,55€.

Considerando os resultados antes de impostos (-10.149,73€) obtidos pela AgroAlpiarça Produção Agrícola, CIPRL, terão que ser tomadas medidas, em conformidade com o n.º1 do artigo 62º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, versão atualizada, que diz que sem prejuízo do disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução, no prazo de 6 meses.

Demonstração consolidada do desempenho orçamental

Como já referido anteriormente e em conformidade com a faq.18 da Comissão de Normalização Contabilística, *“As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras terão de facto perímetros diferentes. Não obstante não se tratará de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidada. Assim sendo, aquando da apresentação da prestação de contas consolidadas os Municípios, por exemplo, apresentarão os mapas orçamentais com o perímetro orçamental, que no limite poderá corresponder apenas à entidade consolidante, e os mapas financeiros com o perímetro de controlo.”*, o que no caso do Município de Alpiarça irá acontecer, isto é, irá apresentar a consolidação orçamental apresentando apenas com os seus mapas.

Município de Alpiarça

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	570.130,26	0,00	106.293,91	0,00	116.836,04	793.260,21	530.384,85
Operações Orçamentais [1]	570.130,26	0,00	106.293,91	0,00	0,00	676.424,17	498.545,61
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	116.836,04	116.836,04	31.839,24
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	7.819.795,95	0,00	85.343,66	0,00	0,00	7.905.139,61	6.997.032,49
R1 Receita Fiscal	1.969.089,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.969.089,84	1.596.466,70
R1.1 Impostos diretos	1.969.089,84	0,00	0,00	0,00	0,00	1.969.089,84	1.596.466,70
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	72.157,09	0,00	0,00	0,00	0,00	72.157,09	43.094,93
R4 Rendimentos de propriedade	370.290,13	0,00	0,00	0,00	0,00	370.290,13	269.760,23
R5 Transferências e subsídios correntes	4.842.852,58	0,00	85.343,66	0,00	0,00	4.928.196,24	4.667.067,46
R5.1 Transferências correntes	4.842.852,58	0,00	85.343,66	0,00	0,00	4.928.196,24	4.667.067,46
R5.1.1 Administrações Públicas	4.842.852,58	0,00	85.343,66	0,00	0,00	4.928.196,24	4.667.067,46
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	4.842.852,58	0,00	85.343,66	0,00	0,00	4.928.196,24	4.667.067,46
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	550.223,24	0,00	0,00	0,00	0,00	550.223,24	405.311,73
R7 Outras receitas correntes	15.183,07	0,00	0,00	0,00	0,00	15.183,07	15.331,44
Receita de capital	918.676,26	0,00	947.727,73	0,00	0,00	1.866.403,99	1.502.528,11
R8 Venda de bens de investimento	448.084,26	0,00	0,00	0,00	0,00	448.084,26	95.654,40
R9 Transferências e subsídios de capital	470.592,00	0,00	947.727,73	0,00	0,00	1.418.319,73	1.406.873,71
R9.1 Transferências de capital	470.592,00	0,00	947.727,73	0,00	0,00	1.418.319,73	1.406.873,71
R9.1.1 Administrações Públicas	470.592,00	0,00	947.727,73	0,00	0,00	1.418.319,73	1.406.873,71
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	470.592,00	0,00	947.727,73	0,00	0,00	1.418.319,73	1.406.873,71
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	1.800,80	0,00	0,00	0,00	0,00	1.800,80	5.962,88
Receita efetiva [2]	8.740.273,01	0,00	1.033.071,39	0,00	0,00	9.773.344,40	8.505.523,48
Receita não efetiva [3]	19.502,90	0,00	0,00	700.804,28	0,00	720.307,18	559.581,48
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	19.502,90	0,00	0,00	700.804,28	0,00	720.307,18	559.581,48
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	9.329.906,17	0,00	1.139.365,30	700.804,28	0,00	11.170.075,75	9.563.650,57
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	62.812,81	62.812,81	109.380,74

Município de Alpiarça

Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de Dezembro de 2022

Valores em €

RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	5.999.245,52	0,00	428.738,93	338.903,59	0,00	6.766.888,04	6.003.115,81
D1 Despesas com o pessoal	3.422.196,70	0,00	226.220,81	93.791,95	0,00	3.742.209,46	3.635.507,41
D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	2.461.397,44	0,00	144.563,88	83.171,52	0,00	2.689.132,84	2.570.616,98
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	203.307,94	0,00	3.282,78	6.616,62	0,00	213.207,34	205.029,91
D1.3 Segurança Social	757.491,32	0,00	78.374,15	4.003,81	0,00	839.869,28	859.860,52
D2 Aquisição de bens e serviços	1.863.074,98	0,00	168.670,54	220.846,84	0,00	2.252.592,36	1.843.569,54
D3 Juros e outros encargos	47.100,46	0,00	1.464,51	3.026,16	0,00	51.591,13	48.438,59
D4 Transferências e subsídios correntes	633.169,92	0,00	25.050,28	16.867,00	0,00	675.087,20	440.702,30
D4.1 Transferências correntes	586.622,07	0,00	25.050,28	16.867,00	0,00	628.539,35	397.240,38
D4.1.1 Administrações Públicas	150.909,34	0,00	13.645,14	12.922,00	0,00	177.476,48	204.774,34
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	150.909,34	0,00	13.645,14	12.922,00	0,00	177.476,48	204.774,34
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	276.907,00	0,00	405,00	3.795,00	0,00	281.107,00	81.939,20
D4.1.3 Famílias	158.805,73	0,00	11.000,14	150,00	0,00	169.955,87	110.526,84
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	46.547,85	0,00	0,00	0,00	0,00	46.547,85	43.461,92
D5 Outras despesas correntes	33.703,46	0,00	7.332,79	4.371,64	0,00	45.407,89	34.897,97
Despesa de capital	1.516.666,97	0,00	572.281,82	322.155,49	0,00	2.411.104,28	2.347.943,68
D6 Aquisição de bens de capital	1.507.057,54	0,00	572.281,82	322.155,49	0,00	2.401.494,85	2.342.276,50
D7 Transferência e subsídios de capital	9.609,43	0,00	0,00	0,00	0,00	9.609,43	5.667,18
D7.1 Transferências de capital	9.609,43	0,00	0,00	0,00	0,00	9.609,43	5.667,18
D7.1.1 Administrações Públicas	609,43	0,00	0,00	0,00	0,00	609,43	5.667,18
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	609,43	0,00	0,00	0,00	0,00	609,43	5.667,18
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00
D7.1.3 Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	7.515.912,49	0,00	1.001.020,75	661.059,08	0,00	9.177.992,32	8.351.059,49
Despesa não efetiva [6]	476.078,76	0,00	25.635,88	17.211,75	0,00	518.926,39	536.166,91
D9 Despesa com ativos financeiros	5.515,62	0,00	0,00	0,00	0,00	5.515,62	0,00
D10 Despesa com passivos financeiros	470.563,14	0,00	25.635,88	17.211,75	0,00	513.410,77	536.166,91
Soma [7]=[5]+[6]	7.991.991,25	0,00	1.026.656,63	678.270,83	0,00	9.696.918,71	8.887.226,40
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	42.493,02	42.493,02	24.383,94
Saldo para a gerência seguinte	1.337.914,92	0,00	112.708,67	22.533,45	137.155,83	1.610.312,87	793.260,21
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1.337.914,92	0,00	112.708,67	22.533,45	0,00	1.473.157,04	676.424,17
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	137.155,83	137.155,83	116.836,04
Saldo global [2] - [5]	1.224.360,52	0,00	32.050,64	-661.059,08	0,00	595.352,08	154.463,99
Despesa primária	7.468.812,03	0,00	999.556,24	658.032,92	0,00	9.126.401,19	8.302.620,90
Saldo corrente	1.820.550,43	0,00	-343.395,27	-338.903,59	0,00	1.138.251,57	993.916,68
Saldo de capital	-597.990,71	0,00	375.445,91	-322.155,49	0,00	-544.700,29	-845.415,57
Saldo primário	1.271.460,98	0,00	33.515,15	-658.032,92	0,00	646.943,21	202.902,58
Receita total [1] + [2] + [3]	9.329.906,17	0,00	1.139.365,30	700.804,28	0,00	11.170.075,75	9.563.650,57
Despesa total [5] + [6]	7.991.991,25	0,00	1.026.656,63	678.270,83	0,00	9.696.918,71	8.887.226,40

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
01	Despesas com o pessoal	94.796,67	4.024.558,95	0,00	3.964.420,71	3.833.660,79	94.796,67	3.647.412,79	3.742.209,46	130.759,92	91.451,33	2,355	90,629
0101	Remunerações certas e permanentes	37.318,77	2.835.889,40	0,00	2.818.677,20	2.728.201,73	37.318,77	2.651.814,07	2.689.132,84	90.475,47	39.068,89	1,316	93,509
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	2.862,51	94.430,00	0,00	94.422,71	94.420,07	2.862,51	88.690,95	91.553,46	2,64	2.866,61	3,031	93,922
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	28.418,56	1.828.386,54	0,00	1.820.102,14	1.765.151,86	28.418,56	1.707.703,88	1.736.122,44	54.950,28	29.029,42	1,554	93,399
01010401	Pessoal em funções	27.808,90	1.771.702,17	0,00	1.770.765,84	1.721.616,34	27.808,90	1.666.432,96	1.694.241,86	49.149,50	27.374,48	1,570	94,058
01010402	Alterações obrig. de posicionamento remuneratório	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01010404	Recrutamento pessoal p/ novos postos de trabalho	609,66	56.184,37	0,00	49.336,30	43.535,52	609,66	41.270,92	41.880,58	5.800,78	1.654,94	1,085	73,456
010106	Pessoal contratado a termo	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01010601	Pessoal em funções	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01010604	Recrutamento pessoal p/ novos postos de trabalho	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	300,00	35.580,00	0,00	35.078,00	34.832,00	300,00	34.172,62	34.472,62	246,00	359,38	0,843	96,044
010109	Pessoal em qualquer outra situação	3.868,85	193.670,00	0,00	190.643,84	188.683,75	3.868,85	180.765,46	184.634,31	1.960,09	4.049,44	1,998	93,337
01010903	Pessoal outras situações	3.868,85	193.670,00	0,00	190.643,84	188.683,75	3.868,85	180.765,46	184.634,31	1.960,09	4.049,44	1,998	93,337
010111	Representação	704,89	23.012,00	0,00	23.011,87	23.011,81	704,89	21.600,77	22.305,66	0,06	706,15	3,063	93,867
010113	Subsidio de refeição	0,00	207.978,08	0,00	204.121,61	182.501,33	0,00	182.501,33	182.501,33	21.620,28	0,00	0,000	87,750
01011301	Pessoal dos quadros	0,00	192.372,08	0,00	190.858,30	169.466,18	0,00	169.466,18	169.466,18	21.392,12	0,00	0,000	88,093
01011302	Pessoal em qualquer outra situação	0,00	11.996,00	0,00	9.653,31	9.425,33	0,00	9.425,33	9.425,33	227,98	0,00	0,000	78,571
01011303	Membros dos órgãos autárquicos	0,00	3.610,00	0,00	3.610,00	3.609,82	0,00	3.609,82	3.609,82	0,18	0,00	0,000	99,995
010114	Subsidio de férias e de Natal	272,72	371.271,78	0,00	370.804,08	364.402,53	272,72	363.665,55	363.938,27	6.401,55	464,26	0,073	97,951
01011401	Pessoal dos quadros	267,04	324.271,78	0,00	324.012,20	317.737,19	267,04	317.005,89	317.272,93	6.275,01	464,26	0,082	97,759
01011402	Pessoal em qualquer outra situação	5,68	47.000,00	0,00	46.791,88	46.665,34	5,68	46.659,66	46.665,34	126,54	0,00	0,012	99,276
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	891,24	81.361,00	0,00	80.492,95	75.198,38	891,24	72.713,51	73.604,75	5.294,57	1.593,63	1,095	89,371
0102	Abonos variáveis ou eventuais	3.053,38	247.978,00	0,00	223.052,51	216.101,72	3.053,38	210.153,96	213.207,34	6.950,79	2.894,38	1,231	84,747
010202	Horas extraordinárias	1.155,60	94.470,00	0,00	72.958,11	71.565,19	1.155,60	69.722,03	70.877,63	1.392,92	687,56	1,223	73,803
010203	Alimentação e alojamento	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010204	Ajudas de custo	0,00	8.210,00	0,00	8.061,00	5.970,55	0,00	5.970,55	5.970,55	2.090,45	0,00	0,000	72,723
010205	Abono para falhas	33,52	8.890,00	0,00	8.882,78	8.036,37	33,52	7.987,07	8.020,59	846,41	15,78	0,377	89,843
010210	Subsidio de trabalho nocturno	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010211	Subsidio de turno	1.439,91	93.600,00	0,00	91.974,10	91.292,30	1.439,91	88.303,37	89.743,28	681,80	1.549,02	1,538	94,341
010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
010213	Outros suplementos e prémios	424,35	42.208,00	0,00	41.176,52	39.237,31	424,35	38.170,94	38.595,29	1.939,21	642,02	1,005	90,435
01021302	Outros	424,35	42.208,00	0,00	41.176,52	39.237,31	424,35	38.170,94	38.595,29	1.939,21	642,02	1,005	90,435
0103	Segurança social	54.424,52	940.691,55	0,00	922.691,00	889.357,34	54.424,52	785.444,76	839.869,28	33.333,66	49.488,06	5,786	83,497
010301	Encargos com a saúde	9.023,54	169.380,00	0,00	168.520,54	152.169,71	9.023,54	131.938,80	140.962,34	16.350,83	11.207,37	5,327	77,895
010303	Subsidio familiar a criança e jovens	0,00	7.015,00	0,00	7.011,67	6.712,32	0,00	6.712,32	6.712,32	299,35	0,00	0,000	95,685
010304	Outras prestações familiares	0,00	7.860,00	0,00	4.257,96	4.222,32	0,00	4.222,32	4.222,32	35,64	0,00	0,000	53,719

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022
Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI
Município de Alpiarça

37
HH

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
010305	Contribuições para a segurança social	45.400,98	708.846,55	0,00	695.478,55	678.830,71	45.400,98	595.149,04	640.550,02	16.647,84	38.280,69	6,405	83,960
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	0,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	42.427,47	662.596,55	0,00	649.528,55	633.782,37	42.427,47	553.664,36	596.091,83	15.746,18	37.690,54	6,403	83,560
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	23.136,59	345.900,00	0,00	338.432,00	329.981,43	23.136,59	286.512,90	309.649,49	8.450,57	20.331,94	6,689	82,831
0103050202	Regime Geral	19.290,88	316.696,55	0,00	311.096,55	303.800,94	19.290,88	267.151,46	286.442,34	7.295,61	17.358,60	6,091	84,356
01030503	Segurança social-Regime geral	2.973,51	45.950,00	0,00	45.950,00	45.048,34	2.973,51	41.484,68	44.458,19	901,66	590,15	6,471	90,282
010309	Seguros	0,00	47.590,00	0,00	47.422,28	47.422,28	0,00	47.422,28	47.422,28	0,00	0,00	0,000	99,648
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	47.590,00	0,00	47.422,28	47.422,28	0,00	47.422,28	47.422,28	0,00	0,00	0,000	99,648
02	Aquisição de bens e serviços	164.947,24	2.784.785,38	0,00	2.584.534,94	2.273.850,77	163.493,38	2.089.098,98	2.252.592,36	310.684,17	21.258,41	5,871	75,018
0201	Aquisição de bens	38.153,79	940.727,06	0,00	856.436,33	775.638,57	38.153,79	725.932,66	764.086,45	80.797,76	11.552,12	4,056	77,167
020101	Matérias-primas e subsidiárias	1.704,78	19.350,00	0,00	18.901,17	14.713,33	1.704,78	13.008,55	14.713,33	4.187,84	0,00	8,810	67,228
020102	Combustíveis e lubrificantes	13.041,51	278.322,88	0,00	258.122,25	228.348,35	13.041,51	215.181,38	228.222,89	29.773,90	125,46	4,686	77,314
02010201	Gasolina	0,00	10.000,00	0,00	9.150,92	6.898,21	0,00	6.898,21	6.898,21	2.252,71	0,00	0,000	68,982
02010202	Gasóleo	12.885,48	191.200,00	0,00	172.002,61	167.269,56	12.885,48	154.384,08	167.269,56	4.733,05	0,00	6,739	80,745
02010299	Outros	156,03	77.122,88	0,00	76.968,72	54.180,58	156,03	53.899,09	54.055,12	22.788,14	125,46	0,202	69,887
020103	Munições, explosivos e artificios	0,00	600,00	0,00	285,54	285,54	0,00	285,54	285,54	0,00	0,00	0,000	47,590
020104	Limpeza e higiene	1.551,51	47.805,78	0,00	45.644,42	43.409,05	1.551,51	38.947,85	40.499,36	2.235,37	2.909,69	3,245	81,471
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	194,62	184.520,00	0,00	181.099,59	176.574,00	194,62	176.379,38	176.574,00	4.525,59	0,00	0,105	95,588
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	19,00	4.905,00	0,00	2.477,80	2.135,23	19,00	2.116,23	2.135,23	342,57	0,00	0,387	43,144
020107	Vestuário e artigos pessoais	4.720,08	32.920,00	0,00	31.069,94	30.953,84	4.720,08	26.233,76	30.953,84	116,10	0,00	14,338	79,689
020108	Material de escritório	653,16	30.528,19	0,00	27.525,18	22.981,88	653,16	22.328,72	22.981,88	4.543,30	0,00	2,140	73,141
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	0,00	4.970,00	0,00	1.704,42	1.654,72	0,00	1.451,82	1.451,82	49,70	202,90	0,000	29,212
020111	Material de consumo clínico	500,00	6.500,00	0,00	5.816,16	5.074,26	500,00	4.574,26	5.074,26	741,90	0,00	7,692	70,373
020112	Material de transporte-Peças	1.367,04	39.900,00	0,00	30.869,34	27.334,17	1.367,04	25.897,76	27.264,80	3.535,17	69,37	3,426	64,907
020114	Outro material-Peças	1.657,79	16.700,00	0,00	15.642,86	15.106,33	1.657,79	12.366,14	14.023,93	536,53	1.082,40	9,927	74,049
020115	Prémios, condecorações e ofertas	19,00	27.283,00	0,00	25.365,95	22.660,21	19,00	21.916,17	21.935,17	2.705,74	725,04	0,070	80,329
020116	Mercadorias para venda	0,00	8.706,00	0,00	5.150,23	3.324,18	0,00	3.144,92	3.144,92	1.826,05	179,26	0,000	36,124
02011603	Outras	0,00	8.706,00	0,00	5.150,23	3.324,18	0,00	3.144,92	3.144,92	1.826,05	179,26	0,000	36,124
020117	Ferramentas e utensílios	57,32	7.100,00	0,00	4.581,90	4.047,92	57,32	3.860,29	3.917,61	533,98	130,31	0,807	54,370
020118	Livros e documentação técnica	0,00	1.400,00	0,00	1.135,00	1.135,00	0,00	35,00	35,00	0,00	1.100,00	0,000	2,500
020119	Artigos honoríficos e de decoração	0,00	600,00	0,00	551,39	551,39	0,00	551,39	551,39	0,00	0,00	0,000	91,898
020120	Material de educação, cultura e recreio	0,00	6.631,05	0,00	1.284,24	162,66	0,00	162,66	162,66	1.121,58	0,00	0,000	2,453
020121	Outros bens	12.667,98	221.985,16	0,00	199.208,95	175.186,51	12.667,98	157.490,84	170.158,82	24.022,44	5.027,69	5,707	70,947
0202	Aquisição de serviços	126.793,45	1.844.058,32	0,00	1.728.098,61	1.498.212,20	125.339,59	1.363.166,32	1.488.505,91	229.886,41	9.706,29	6,797	73,922
020201	Encargos das instalações	85.586,43	439.314,46	0,00	423.289,97	337.899,69	85.582,57	250.638,16	336.220,73	85.390,28	1.678,96	19,481	57,052
020202	Limpeza e higiene	1.806,22	60.440,00	0,00	57.039,57	48.124,02	1.806,22	45.732,93	47.539,15	8.915,55	584,87	2,988	75,667

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI

Município de Alpiarça

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
020203	Conservação de bens	1.941,69	106.662,00	0,00	99.127,74	92.702,27	1.941,69	89.895,63	91.837,32	6.425,47	864,95	1,820	84,281
020204	Locação de edifícios	0,00	11.400,00	0,00	10.150,00	10.150,00	0,00	10.150,00	10.150,00	0,00	0,00	0,000	89,035
020208	Locação de outros bens	676,50	153.189,00	0,00	150.894,27	138.105,14	676,50	133.914,45	134.590,95	12.789,13	3.514,19	0,442	87,418
020209	Comunicações	0,00	30.440,47	0,00	26.876,70	24.310,94	0,00	24.310,94	24.310,94	2.565,76	0,00	0,000	79,864
020210	Transportes	437,50	37.620,25	0,00	34.695,07	30.774,72	437,50	30.337,22	30.774,72	3.920,35	0,00	1,163	80,641
020212	Seguros	0,00	73.920,00	0,00	71.318,96	62.977,21	0,00	62.977,21	62.977,21	8.341,75	0,00	0,000	85,196
020213	Deslocações e estadas	0,00	4.400,00	0,00	2.828,26	2.420,52	0,00	2.420,52	2.420,52	407,74	0,00	0,000	55,012
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	8.332,00	80.431,00	0,00	79.158,85	72.089,43	8.332,00	63.281,43	71.613,43	7.069,42	476,00	10,359	78,678
020215	Formação	0,00	23.450,00	0,00	21.441,80	13.799,60	0,00	13.799,60	13.799,60	7.642,20	0,00	0,000	58,847
020217	Publicidade	553,50	70.651,00	0,00	36.569,97	34.983,20	553,50	34.282,10	34.835,60	1.586,77	147,60	0,783	48,523
020218	Vigilância e segurança	0,00	40.022,00	0,00	38.910,69	37.735,43	0,00	37.735,43	37.735,43	1.175,26	0,00	0,000	94,287
020219	Assistência técnica	0,00	55.053,23	0,00	49.137,53	44.075,54	0,00	43.577,98	43.577,98	5.061,99	497,56	0,000	79,156
020220	Outros trabalhos especializados	113,16	67.640,00	0,00	63.885,35	34.378,78	113,16	34.265,62	34.378,78	29.506,57	0,00	0,167	50,659
020224	Encargos de cobrança de receitas	0,00	45.600,00	0,00	45.600,00	45.422,84	0,00	45.422,84	45.422,84	177,16	0,00	0,000	99,611
020225	Outros serviços	27.346,45	543.824,91	0,00	517.173,88	468.262,87	25.896,45	440.424,26	466.320,71	48.911,01	1.942,16	4,762	80,986
03	Juros e outros encargos	19.202,95	79.050,00	0,00	77.642,67	70.794,08	0,00	51.591,13	51.591,13	6.848,59	19.202,95	0,000	65,264
0301	Juros da dívida pública	0,00	57.050,00	0,00	56.723,89	51.561,26	0,00	51.561,26	51.561,26	5.162,63	0,00	0,000	90,379
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
03010301	Empréstimos de curto prazo	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030105	Admin.pública-Admin.central-Estado	0,00	57.000,00	0,00	56.723,89	51.561,26	0,00	51.561,26	51.561,26	5.162,63	0,00	0,000	90,458
03010502	Empréstimos de médio e longo prazo	0,00	57.000,00	0,00	56.723,89	51.561,26	0,00	51.561,26	51.561,26	5.162,63	0,00	0,000	90,458
0303	Juros de locação financeira	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030305	Material de transporte	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
030307	Maquinaria e equipamento	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0305	Outros juros	19.202,95	21.800,00	0,00	20.918,78	19.232,82	0,00	29,87	29,87	1.685,96	19.202,95	0,000	0,137
030502	Outros	19.202,95	21.800,00	0,00	20.918,78	19.232,82	0,00	29,87	29,87	1.685,96	19.202,95	0,000	0,137
04	Transferências correntes	35.586,11	687.971,53	0,00	656.027,10	628.539,35	35.586,11	592.953,24	628.539,35	27.487,75	0,00	5,173	86,189
0405	Administração local	35.586,11	193.716,00	0,00	188.271,42	177.476,48	35.586,11	141.890,37	177.476,48	10.794,94	0,00	18,370	73,247
040501	Continente	35.586,11	193.716,00	0,00	188.271,42	177.476,48	35.586,11	141.890,37	177.476,48	10.794,94	0,00	18,370	73,247
04050102	Freguesias	0,00	4.200,00	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	4.200,00	4.200,00	0,00	0,00	0,000	100,000
04050104	Associações de municípios	21.648,97	71.916,00	0,00	69.749,61	65.807,27	21.648,97	44.158,30	65.807,27	3.942,34	0,00	30,103	61,403
04050108	Outros	13.937,14	117.600,00	0,00	114.321,81	107.469,21	13.937,14	93.532,07	107.469,21	6.852,60	0,00	11,851	79,534
0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	302.922,74	0,00	286.628,00	281.107,00	0,00	281.107,00	281.107,00	5.521,00	0,00	0,000	92,798
040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	302.922,74	0,00	286.628,00	281.107,00	0,00	281.107,00	281.107,00	5.521,00	0,00	0,000	92,798
0408	Famílias	0,00	191.332,79	0,00	181.127,68	169.955,87	0,00	169.955,87	169.955,87	11.171,81	0,00	0,000	88,827
040802	Outras	0,00	191.332,79	0,00	181.127,68	169.955,87	0,00	169.955,87	169.955,87	11.171,81	0,00	0,000	88,827

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI

Município de Alpiarça

39

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente													
05	Subsídios	0,00	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	0,00	0,000	100,000
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	0,00	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	0,00	0,000	100,000
050101	Públicas	0,00	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	0,00	0,000	100,000
05010102	Outras	0,00	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	46.547,85	46.547,85	0,00	0,00	0,000	100,000
06	Outras despesas correntes	2.974,26	63.185,07	0,00	52.548,22	45.407,89	2.974,26	42.433,63	45.407,89	7.140,33	0,00	4,707	67,158
0602	Diversas	2.974,26	63.185,07	0,00	52.548,22	45.407,89	2.974,26	42.433,63	45.407,89	7.140,33	0,00	4,707	67,158
060201	Impostos e taxas	0,00	1.035,07	0,00	1.035,05	1.035,05	0,00	1.035,05	1.035,05	0,00	0,00	0,000	99,998
060203	Outras	2.974,26	62.150,00	0,00	51.513,17	44.372,84	2.974,26	41.398,58	44.372,84	7.140,33	0,00	4,786	66,611
06020302	IVA pago	0,00	13.600,00	0,00	11.340,27	11.340,27	0,00	11.340,27	11.340,27	0,00	0,00	0,000	83,384
06020304	Serviços bancários	0,00	10.000,00	0,00	2.831,21	2.056,58	0,00	2.056,58	2.056,58	774,63	0,00	0,000	20,566
06020305	Outras	2.974,26	38.550,00	0,00	37.341,69	30.975,99	2.974,26	28.001,73	30.975,99	6.365,70	0,00	7,715	72,637
Despesa de capital													
07	Aquisição de bens de capital	425,90	4.406.495,80	0,00	2.615.917,42	2.401.494,85	425,90	2.401.068,95	2.401.494,85	214.422,57	0,00	0,010	54,489
0701	Investimentos	425,90	4.400.495,80	0,00	2.615.917,42	2.401.494,85	425,90	2.401.068,95	2.401.494,85	214.422,57	0,00	0,010	54,564
070101	Terrenos	0,00	251.000,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,000	99,602
070102	Habitacões	0,00	430.037,65	0,00	53.055,14	53.053,91	0,00	53.053,91	53.053,91	1,23	0,00	0,000	12,337
07010203	Reparação e beneficiação	0,00	430.037,65	0,00	53.055,14	53.053,91	0,00	53.053,91	53.053,91	1,23	0,00	0,000	12,337
070103	Edifícios	0,00	2.547.553,15	0,00	1.520.134,48	1.384.328,25	0,00	1.384.328,25	1.384.328,25	135.806,23	0,00	0,000	54,340
07010301	Instalações de serviços	0,00	70.266,00	0,00	69.950,46	69.950,46	0,00	69.950,46	69.950,46	0,00	0,00	0,000	99,551
07010305	Escolas	0,00	2.337.945,00	0,00	1.316.334,59	1.180.528,36	0,00	1.180.528,36	1.180.528,36	135.806,23	0,00	0,000	50,494
07010307	Outros	0,00	139.342,15	0,00	133.849,43	133.849,43	0,00	133.849,43	133.849,43	0,00	0,00	0,000	96,058
070104	Construções diversas	0,00	425.710,00	0,00	274.184,60	263.593,78	0,00	263.593,78	263.593,78	10.590,82	0,00	0,000	61,919
07010401	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00	275.950,00	0,00	164.309,90	164.309,90	0,00	164.309,90	164.309,90	0,00	0,00	0,000	59,543
07010405	Parques e jardins	0,00	1.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010406	Instalações desportivas e recreativas	0,00	64.800,00	0,00	32.812,92	32.812,92	0,00	32.812,92	32.812,92	0,00	0,00	0,000	50,637
07010407	Captação e distribuição de água	0,00	17.540,00	0,00	17.500,53	12.835,48	0,00	12.835,48	12.835,48	4.665,05	0,00	0,000	73,178
07010408	Viação rural	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	5.000,00	0,00	3.465,77	0,00	0,00	0,00	0,00	3.465,77	0,00	0,000	0,000
07010410	Infraestrut. para distribuição energia eléctrica	0,00	3.500,00	0,00	2.460,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.460,00	0,00	0,000	0,000
07010413	Outros	0,00	56.900,00	0,00	53.635,48	53.635,48	0,00	53.635,48	53.635,48	0,00	0,00	0,000	94,263
070106	Material de transporte	0,00	160.800,00	0,00	149.065,10	149.065,10	0,00	149.065,10	149.065,10	0,00	0,00	0,000	92,702
07010602	Outro	0,00	160.800,00	0,00	149.065,10	149.065,10	0,00	149.065,10	149.065,10	0,00	0,00	0,000	92,702
070107	Equipamento de informática	0,00	70.709,00	0,00	40.842,23	35.492,28	0,00	35.492,28	35.492,28	5.349,95	0,00	0,000	50,195
070108	Software informático	0,00	46.940,00	0,00	14.875,16	14.875,16	0,00	14.875,16	14.875,16	0,00	0,00	0,000	31,690
070109	Equipamento administrativo	0,00	5.500,00	0,00	2.700,57	2.700,57	0,00	2.700,57	2.700,57	0,00	0,00	0,000	49,101
070110	Equipamento básico	425,90	300.856,00	0,00	205.428,24	198.828,74	425,90	198.402,84	198.828,74	6.599,50	0,00	0,142	65,946

Demonstração de Execução Orçamental da Despesa

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI

Município de Alpiarça

Classif. Económica Despesa		Despesas por pagar period. anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/ descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transitar	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
Código	Designação						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa de capital													
07011001	Equipamento de recolha de resíduos	0,00	25.460,00	0,00	24.348,56	24.347,85	0,00	24.347,85	24.347,85	0,71	0,00	0,000	95,632
07011002	Outro	425,90	275.396,00	0,00	181.079,68	174.480,89	425,90	174.054,99	174.480,89	6.598,79	0,00	0,155	63,202
070115	Outros investimentos	0,00	161.390,00	0,00	105.631,90	49.557,06	0,00	49.557,06	49.557,06	56.074,84	0,00	0,000	30,706
0702	Locação financeira	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070205	Material de transporte	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070207	Maquinaria e equipamento	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0703	Bens de dominio público	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07030313	Outros	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08	Transferências de capital	609,43	11.150,00	0,00	9.609,43	9.609,43	609,43	9.000,00	9.609,43	0,00	0,00	5,466	80,717
0805	Administração local	609,43	2.150,00	0,00	609,43	609,43	609,43	0,00	609,43	0,00	0,00	28,346	0,000
080501	Continente	609,43	2.150,00	0,00	609,43	609,43	609,43	0,00	609,43	0,00	0,00	28,346	0,000
08050104	Associações de municípios	609,43	2.150,00	0,00	609,43	609,43	609,43	0,00	609,43	0,00	0,00	28,346	0,000
0807	Instituições sem fins lucrativos	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,000	100,000
080701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,000	100,000
09	Activos financeiros	0,00	5.520,00	0,00	5.515,62	5.515,62	0,00	5.515,62	5.515,62	0,00	0,00	0,000	99,921
0908	Unidades de participação	0,00	5.520,00	0,00	5.515,62	5.515,62	0,00	5.515,62	5.515,62	0,00	0,00	0,000	99,921
090802	Socied,e quase socied,não financeiras-Públicas	0,00	5.520,00	0,00	5.515,62	5.515,62	0,00	5.515,62	5.515,62	0,00	0,00	0,000	99,921
10	Passivos financeiros	0,00	520.200,00	0,00	516.785,12	513.410,77	0,00	513.410,77	513.410,77	3.374,35	0,00	0,000	98,695
1005	Empréstimos a curto prazo	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit, financeiras	0,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	520.100,00	0,00	516.785,12	513.410,77	0,00	513.410,77	513.410,77	3.374,35	0,00	0,000	98,714
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit, financeiras	0,00	479.400,00	0,00	476.153,56	475.517,88	0,00	475.517,88	475.517,88	635,68	0,00	0,000	99,190
100605	Admin.pública-Admin.central-Estado	0,00	40.700,00	0,00	40.631,56	37.892,89	0,00	37.892,89	37.892,89	2.738,67	0,00	0,000	93,103
Total Despesas Correntes		317.507,23	7.686.098,78	0,00	7.381.721,49	6.898.800,73	296.850,42	6.470.037,62	6.766.888,04	482.920,76	131.912,69	3,862	84,178
Total Despesas de Capital		1.035,33	4.943.365,80	0,00	3.147.827,59	2.930.030,67	1.035,33	2.928.995,34	2.930.030,67	217.796,92	0,00	0,021	59,251
Total Geral		318.542,56	12.629.464,58	0,00	10.529.549,08	9.828.831,40	297.885,75	9.399.032,96	9.696.918,71	700.717,68	131.912,69	2,359	74,421

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022
Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI
Município de Alpiarça

41

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
01	Impostos directos	1.969.091,00	0,00	1.978.343,58	9.253,74	1.978.343,58	9.253,74	9.253,74	0,00	1.969.089,84	1.969.089,84	0,00	0,000	100,000
0102	Outros	1.969.091,00	0,00	1.978.343,58	9.253,74	1.978.343,58	9.253,74	9.253,74	0,00	1.969.089,84	1.969.089,84	0,00	0,000	100,000
010202	Imposto municipal sobre imóveis	957.083,00	0,00	958.395,49	1.312,70	958.395,49	1.312,70	1.312,70	0,00	957.082,79	957.082,79	0,00	0,000	100,000
010203	Imposto único de circulação	194.009,00	0,00	195.007,87	999,04	195.007,87	999,04	999,04	0,00	194.008,83	194.008,83	0,00	0,000	100,000
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	649.838,00	0,00	656.779,29	6.942,00	656.779,29	6.942,00	6.942,00	0,00	649.837,29	649.837,29	0,00	0,000	100,000
010205	Derrama	168.161,00	0,00	168.160,93	0,00	168.160,93	0,00	0,00	0,00	168.160,93	168.160,93	0,00	0,000	100,000
04	Taxas, multas e outras penalidades	92.923,00	16.943,36	78.713,41	3.592,59	73.210,19	1.053,10	1.053,10	76,01	72.081,08	72.157,09	19.907,09	0,082	77,571
0401	Taxas	73.103,00	16.499,54	59.600,05	3.360,98	54.024,67	1.049,29	1.049,29	3,85	52.971,53	52.975,38	19.763,23	0,005	72,461
040123	Taxas específicas das autarquias locais	73.103,00	16.499,54	59.600,05	3.360,98	54.024,67	1.049,29	1.049,29	3,85	52.971,53	52.975,38	19.763,23	0,005	72,461
04012301	Mercados e feiras	16.300,00	4.756,51	12.934,18	1.394,14	11.383,21	1.049,29	1.049,29	0,00	10.333,92	10.333,92	5.962,63	0,000	63,398
04012302	Loteamentos e obras	11.025,00	0,00	11.022,48	0,00	11.006,02	0,00	0,00	0,00	11.006,02	11.006,02	16,46	0,000	99,828
04012303	Ocupação da via pública	25.680,00	11.153,28	16.218,18	1.809,54	12.383,34	0,00	0,00	0,00	12.383,34	12.383,34	13.178,58	0,000	48,222
04012306	Saneamento	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
04012308	Taxa Municipal de Direitos de Passagem(TMDP)	2.600,00	0,00	2.496,52	0,00	2.496,52	0,00	0,00	0,00	2.496,52	2.496,52	0,00	0,000	96,020
04012399	Outras taxas específicas das autarquias locais	17.493,00	589,75	16.928,69	157,30	16.755,58	0,00	0,00	3,85	16.751,73	16.755,58	605,56	0,022	95,762
0401239901	Taxa depósito ficha técnica da habitação(TDFTH)	200,00	0,00	188,87	0,00	188,87	0,00	0,00	0,00	188,87	188,87	0,00	0,000	94,435
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	23,00	0,00	22,50	0,00	22,50	0,00	0,00	0,00	22,50	22,50	0,00	0,000	97,826
0401239906	Publicidade	200,00	0,00	182,07	0,00	182,07	0,00	0,00	0,00	182,07	182,07	0,00	0,000	91,035
0401239999	Outras	17.070,00	589,75	16.535,25	157,30	16.362,14	0,00	0,00	3,85	16.358,29	16.362,14	605,56	0,023	95,831
0402	Multas e outras penalidades	19.820,00	443,82	19.113,36	231,61	19.185,52	3,81	3,81	72,16	19.109,55	19.181,71	143,86	0,364	96,415
040201	Juros de mora	16.490,00	443,82	15.849,36	227,80	15.921,52	0,00	0,00	72,16	15.849,36	15.921,52	143,86	0,438	96,115
040202	Juros compensatórios	330,00	0,00	326,00	3,81	326,00	3,81	3,81	0,00	322,19	322,19	0,00	0,000	97,633
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	3.000,00	0,00	2.938,00	0,00	2.938,00	0,00	0,00	0,00	2.938,00	2.938,00	0,00	0,000	97,933
05	Rendimentos da propriedade	717.718,80	342.961,00	346.050,63	20,00	370.290,13	0,00	0,00	51.055,81	319.234,32	370.290,13	318.701,50	7,114	44,479
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	4.928,80	0,00	4.928,80	0,00	4.928,80	0,00	0,00	0,00	4.928,80	4.928,80	0,00	0,000	100,000
050999	Outras	4.928,80	0,00	4.928,80	0,00	4.928,80	0,00	0,00	0,00	4.928,80	4.928,80	0,00	0,000	100,000
0510	Rendas	712.790,00	342.961,00	341.121,83	20,00	365.361,33	0,00	0,00	51.055,81	314.305,52	365.361,33	318.701,50	7,163	44,095
051001	Terrenos	407.230,00	342.961,00	64.117,72	20,00	88.357,22	0,00	0,00	51.055,81	37.301,41	88.357,22	318.701,50	12,537	9,160
051099	Outros	305.560,00	0,00	277.004,11	0,00	277.004,11	0,00	0,00	0,00	277.004,11	277.004,11	0,00	0,000	90,655
06	Transferências correntes	4.928.272,62	1.290,50	4.984.145,74	57.240,00	4.932.743,54	4.547,30	4.547,30	1.290,50	4.926.905,74	4.928.196,24	0,00	0,026	99,972
0603	Administração central	4.928.272,62	1.290,50	4.984.145,74	57.240,00	4.932.743,54	4.547,30	4.547,30	1.290,50	4.926.905,74	4.928.196,24	0,00	0,026	99,972
060301	Estado	4.842.878,96	1.290,50	4.898.802,08	57.240,00	4.847.399,88	4.547,30	4.547,30	1.290,50	4.841.562,08	4.842.852,58	0,00	0,027	99,973
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.285.880,00	0,00	3.285.875,00	0,00	3.285.875,00	0,00	0,00	0,00	3.285.875,00	3.285.875,00	0,00	0,000	100,000
06030102	Fundo Social Municipal	135.890,00	0,00	135.884,00	0,00	135.884,00	0,00	0,00	0,00	135.884,00	135.884,00	0,00	0,000	99,996
06030103	Participação fixa no IRS	236.980,00	0,00	236.973,00	0,00	236.973,00	0,00	0,00	0,00	236.973,00	236.973,00	0,00	0,000	99,997
06030106	Transferência de competências - Lei 50/2018	582.308,96	0,00	582.308,86	0,00	582.308,86	0,00	0,00	0,00	582.308,86	582.308,86	0,00	0,000	100,000

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
06030107	Participação no IVA-Artº 26º-A Lei nº73/2013	40.470,00	0,00	40.464,42	0,00	40.464,42	0,00	0,00	0,00	40.464,42	40.464,42	0,00	0,000	99,986
06030199	Outras	561.350,00	1.290,50	617.296,80	57.240,00	565.894,60	4.547,30	4.547,30	1.290,50	560.056,80	561.347,30	0,00	0,230	99,770
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	85.393,66	0,00	85.343,66	0,00	85.343,66	0,00	0,00	0,00	85.343,66	85.343,66	0,00	0,000	99,941
07	Venda de bens e serviços correntes	866.683,00	289.741,19	584.274,54	12.069,81	550.509,24	286,00	286,00	29.632,85	520.590,39	550.223,24	311.722,68	3,419	60,067
0701	Venda de bens	120.576,00	104.311,66	16.810,29	557,90	14.342,57	0,00	0,00	0,00	14.342,57	14.342,57	106.221,48	0,000	11,895
070106	Produtos agrícolas e pecuários	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070108	Mercadorias	6.983,00	0,00	7.211,80	233,90	6.840,90	0,00	0,00	0,00	6.840,90	6.840,90	137,00	0,000	97,965
07010801	Água	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07010802	Vinhos	1.401,00	0,00	1.412,35	12,40	1.399,95	0,00	0,00	0,00	1.399,95	1.399,95	0,00	0,000	99,925
07010803	Livros	1.581,00	0,00	1.682,50	104,50	1.441,00	0,00	0,00	0,00	1.441,00	1.441,00	137,00	0,000	91,145
07010899	Outros	4.000,00	0,00	4.116,95	117,00	3.999,95	0,00	0,00	0,00	3.999,95	3.999,95	0,00	0,000	99,999
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07011001	Sucata	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07011099	Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070199	Outros	113.590,00	104.311,66	9.598,49	324,00	7.501,67	0,00	0,00	0,00	7.501,67	7.501,67	106.084,48	0,000	6,604
0702	Serviços	512.177,00	121.766,93	392.869,02	2.663,81	371.758,45	286,00	286,00	21.415,95	350.056,50	371.472,45	140.499,69	4,181	68,347
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	46.122,00	11.423,22	35.700,85	1.126,51	28.113,02	246,00	246,00	279,52	27.587,50	27.867,02	18.130,54	0,606	59,814
07020101	Contadores de Água	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020102	Feiras	30.900,00	11.143,50	20.637,03	884,07	13.384,61	246,00	246,00	0,00	13.138,61	13.138,61	17.757,85	0,000	42,520
07020105	Espaços Desportivos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020199	Outros	15.220,00	279,72	15.063,82	242,44	14.728,41	0,00	0,00	279,52	14.448,89	14.728,41	372,69	1,837	94,934
070207	Alimentação e alojamento	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	46.805,00	320,40	46.497,43	15,00	46.418,93	0,00	0,00	185,40	46.233,53	46.418,93	383,90	0,396	98,779
07020804	Serviços desportivos	46.805,00	320,40	46.497,43	15,00	46.418,93	0,00	0,00	185,40	46.233,53	46.418,93	383,90	0,396	98,779
070209	Serviços específicos das autarquias	419.026,00	110.023,31	310.449,02	1.522,30	297.031,78	40,00	40,00	20.951,03	276.040,75	296.991,78	121.958,25	5,000	65,877
07020902	Resíduos sólidos	239.955,00	61.754,62	178.199,47	0,00	168.076,22	0,00	0,00	9.600,21	158.476,01	168.076,22	71.877,87	4,001	66,044
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	64.881,00	24.309,70	40.565,55	0,00	40.552,95	0,00	0,00	1.235,90	39.317,05	40.552,95	24.322,30	1,905	60,599
0702090301	Transportes efectuados p/ bombeiros ou ambulâncias	64.880,00	24.309,70	40.565,55	0,00	40.552,95	0,00	0,00	1.235,90	39.317,05	40.552,95	24.322,30	1,905	60,600
0702090302	Transportes escolares	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
07020904	Trabalhos por conta de particulares	4.560,00	3.752,33	803,75	0,00	217,07	0,00	0,00	43,05	174,02	217,07	4.339,01	0,944	3,816
07020910	Escolas - refeições	78.360,00	17.577,85	62.023,19	1.245,21	60.742,85	0,00	0,00	8.265,65	52.477,20	60.742,85	17.612,98	10,548	66,969
07020911	Escolas - prolongamentos - CAF/AAAF	15.360,00	2.473,25	13.116,06	237,09	11.631,72	0,00	0,00	1.736,25	9.895,47	11.631,72	3.720,50	11,304	64,424
07020912	OTL e ATL	13.950,00	5,00	13.941,00	40,00	13.941,00	40,00	40,00	0,00	13.901,00	13.901,00	5,00	0,000	99,649
07020999	Outros	1.960,00	150,56	1.800,00	0,00	1.869,97	0,00	0,00	69,97	1.800,00	1.869,97	80,59	3,570	91,837
070299	Outros	223,00	0,00	221,72	0,00	194,72	0,00	0,00	0,00	194,72	194,72	27,00	0,000	87,318
07029902	Encargos de cobrança de receitas	1,00	0,00	0,57	0,00	0,57	0,00	0,00	0,00	0,57	0,57	0,00	0,000	57,000

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022

Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI

Município de Alpiarça

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Município de Alpiarça		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total	Rec. p/ cobrar final do período	Períodos anteriores	Período corrente
Receita corrente														
07029999	Outros	222,00	0,00	221,15	0,00	194,15	0,00	0,00	0,00	194,15	194,15	27,00	0,000	87,455
0703	Rendas	233.930,00	63.662,60	174.595,23	8.848,10	164.408,22	0,00	0,00	8.216,90	156.191,32	164.408,22	65.001,51	3,513	66,768
070301	Habitações	179.830,00	48.884,71	133.779,99	7.348,10	132.062,13	0,00	0,00	6.929,91	125.132,22	132.062,13	43.254,47	3,854	69,584
070302	Edifícios	51.380,00	13.377,89	39.495,24	1.500,00	31.026,09	0,00	0,00	1.286,99	29.739,10	31.026,09	20.347,04	2,505	57,881
070399	Outras	2.720,00	1.400,00	1.320,00	0,00	1.320,00	0,00	0,00	0,00	1.320,00	1.320,00	1.400,00	0,000	48,529
08	Outras receitas correntes	15.693,00	0,00	15.685,02	0,00	15.183,07	0,00	0,00	0,00	15.183,07	15.183,07	501,95	0,000	96,751
0801	Outras	15.693,00	0,00	15.685,02	0,00	15.183,07	0,00	0,00	0,00	15.183,07	15.183,07	501,95	0,000	96,751
080199	Outras	15.693,00	0,00	15.685,02	0,00	15.183,07	0,00	0,00	0,00	15.183,07	15.183,07	501,95	0,000	96,751
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019903	IVA reembolsado	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
08019999	Diversas	15.690,00	0,00	15.685,02	0,00	15.183,07	0,00	0,00	0,00	15.183,07	15.183,07	501,95	0,000	96,769
Receita de capital														
09	Venda de bens de investimento	448.092,00	0,00	448.084,26	0,00	448.084,26	0,00	0,00	0,00	448.084,26	448.084,26	0,00	0,000	99,998
0901	Terrenos	448.090,00	0,00	448.084,26	0,00	448.084,26	0,00	0,00	0,00	448.084,26	448.084,26	0,00	0,000	99,999
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	448.090,00	0,00	448.084,26	0,00	448.084,26	0,00	0,00	0,00	448.084,26	448.084,26	0,00	0,000	99,999
0902	Habitações	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
090201	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
0904	Outros bens de investimento	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
09040103	Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10	Transferências de capital	2.192.355,81	0,00	1.458.676,03	40.356,30	1.458.676,03	40.356,30	40.356,30	0,00	1.418.319,73	1.418.319,73	0,00	0,000	64,694
1003	Administração central	2.192.355,81	0,00	1.458.676,03	40.356,30	1.458.676,03	40.356,30	40.356,30	0,00	1.418.319,73	1.418.319,73	0,00	0,000	64,694
100301	Estado	470.600,65	0,00	470.592,00	0,00	470.592,00	0,00	0,00	0,00	470.592,00	470.592,00	0,00	0,000	99,998
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	365.100,00	0,00	365.097,00	0,00	365.097,00	0,00	0,00	0,00	365.097,00	365.097,00	0,00	0,000	99,999
10030104	Cooperação Técnica e Financeira	0,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
10030105	Artigo 35º nr. 3 da Lei 73/2013	105.500,00	0,00	105.495,00	0,00	105.495,00	0,00	0,00	0,00	105.495,00	105.495,00	0,00	0,000	99,995
1003010501	Artigo 35º nr. 3 da Lei 73/2013	105.500,00	0,00	105.495,00	0,00	105.495,00	0,00	0,00	0,00	105.495,00	105.495,00	0,00	0,000	99,995
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	1.721.755,16	0,00	988.084,03	40.356,30	988.084,03	40.356,30	40.356,30	0,00	947.727,73	947.727,73	0,00	0,000	55,044
12	Passivos financeiros	720.308,18	0,00	720.307,18	0,00	720.307,18	0,00	0,00	0,00	720.307,18	720.307,18	0,00	0,000	100,000
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	700.805,28	0,00	700.804,28	0,00	700.804,28	0,00	0,00	0,00	700.804,28	700.804,28	0,00	0,000	100,000
120602	Sociedades financeiras	700.804,28	0,00	700.804,28	0,00	700.804,28	0,00	0,00	0,00	700.804,28	700.804,28	0,00	0,000	100,000
120603	Admin.Pública-Admin.central-Estado	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
1207	Outros passivos financeiros	19.502,90	0,00	19.502,90	0,00	19.502,90	0,00	0,00	0,00	19.502,90	19.502,90	0,00	0,000	100,000
120703	Admin.Pública-Admin.central-Estado	19.502,90	0,00	19.502,90	0,00	19.502,90	0,00	0,00	0,00	19.502,90	19.502,90	0,00	0,000	100,000
13	Outras receitas de capital	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000

Demonstração de Execução Orçamental da Receita

PRESTAÇÃO DE CONTAS 2022
Lei n.º 73/2013 de 03/09 RFALEI
Município de Alpiarça

Rúbrica	Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas liquidadas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas			Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental		
							Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente	Total		Períodos anteriores	Período corrente	
Receita de capital															
1301	Outras	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
130101	Indemnizações	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13010101	Garantias e Cauções Accionadas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13010102	Sinistros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
13010199	Outras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Outras receitas															
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.900,00	0,00	1.800,80	0,00	1.800,80	0,00	0,00		0,00	1.800,80	1.800,80	0,00	0,000	94,779
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.900,00	0,00	1.800,80	0,00	1.800,80	0,00	0,00		0,00	1.800,80	1.800,80	0,00	0,000	94,779
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.900,00	0,00	1.800,80	0,00	1.800,80	0,00	0,00		0,00	1.800,80	1.800,80	0,00	0,000	94,779
16	Saldo da gerência anterior	676.424,17	0,00	676.424,17	0,00	676.424,17	0,00	0,00		0,00	676.424,17	676.424,17	0,00	0,000	100,000
1601	Saldo orçamental	676.424,17	0,00	676.424,17	0,00	676.424,17	0,00	0,00		0,00	676.424,17	676.424,17	0,00	0,000	100,000
160103	Na posse do serviço-Consignado	676.424,17	0,00	676.424,17	0,00	676.424,17	0,00	0,00		0,00	676.424,17	676.424,17	0,00	0,000	100,000
Total Receitas Correntes		8.590.381,42	650.936,05	7.987.212,92	82.176,14	7.920.279,75	15.140,14	15.140,14		82.055,17	7.823.084,44	7.905.139,61	650.833,22	0,955	91,068
Total Receitas de Capital		3.360.758,99	0,00	2.627.067,47	40.356,30	2.627.067,47	40.356,30	40.356,30		0,00	2.586.711,17	2.586.711,17	0,00	0,000	76,968
Total Outras Receitas		678.324,17	0,00	678.224,97	0,00	678.224,97	0,00	0,00		0,00	678.224,97	678.224,97	0,00	0,000	99,985
Total		12.629.464,58	650.936,05	11.292.505,36	122.532,44	11.225.572,19	55.496,44	55.496,44		82.055,17	11.088.020,58	11.170.075,75	650.833,22	0,650	87,795

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

Documentos das entidades participadas

Vamos anexar os documentos das entidades participadas, nomeadamente da AgroAlpiarça, CIPRL e da AR-Águas do Ribatejo, EM, SA, sendo que desta última vamos juntar apenas as demonstrações financeiras individuais, o relatório e parecer do fiscal único e a certificação de contas, estando disponível para consulta os documentos de gestão, referentes ao ano de 2022, na íntegra na página da entidade.



DOCUMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
AGROALPIARÇA, CIPRL



C. I. P. R. L.

CONVOCATÓRIA

1. Apreciar, discutir e votar o Relatório e Contas da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 2022.
2. Outros assuntos de interesse para a Cooperativa.

Alpiarça, 13 de Março de 2023

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António Fernando Tendeiro
(António Fernando Tendeiro)



AGROALPIARÇA
AGROALPIARÇA - PRODUÇÃO AGRÍCOLA, CIPRL
RELATÓRIO DE GESTÃO
ANO 2022

A Direção da Agroalpiarça vem submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão relativo ao ano de 2022.

Antes de apresentar o relatório de gestão queremos abordar a questão dos associados pois a cooperativa "perdeu" dois dos seus elementos. Por ordem cronológica o Sr. Raul Rodrigues Grazina apresentou o seu pedido de demissão de cooperante e lamentamos a perda, por falecimento, do nosso Presidente da Mesa da Assembleia Geral Sr. Fernando de Almeida Loureiro.

Em termos de gestão, esta direcção entendeu por bem fazer a venda da produção de uvas ao invés de fazer o vinho. Tal gerou um acréscimo de tesouraria no montante de 98,750,75€.

Nos terrenos de culturas arvenses sob administração da cooperativa, a direcção continua a optar pelo arrendamento, de acordo com o que foi feitos nos últimos anos, sendo neste ano a área total de 113,05 ha, gerando um montante de receita de 57.595,00 €.

Informamos que foram concretizados e totalmente pagos os projetos que estavam a decorrer (Vitis e PDR2020). Deste último ainda estamos a aguardar se o investimento efetuado irá ser compensado pois a taxa de execução ficou abaixo dos 50%. Um dos empréstimos que estavam associados ao Millennium/BCP no montante de cerca de 14.000€ foi pago na totalidade em Maio de 2022. Uma das carrinhas dos vendedores (Mercedes) encontra-se paga na totalidade. Os outros empréstimos estão a ser pagos mensalmente conforme os planos de pagamento, sendo o seu montante a 31.12.2022:

- Novo Banco: 61.093,68 (encargo mensal: 2439,39)
- BCP: 18.467,72 (encargo mensal: 389,76)
- Montepio crédito: 10.666,63 (encargo mensal: 315,62) (carrinha FIAT)

Deste modo o presente relatório vai ser elaborado pelos números apresentados pela nossa contabilidade.

Em termos de evolução das vendas e prestações de serviços, as mesmas tiveram crescimento a que corresponde uma variação positiva de 4,43%.

Na estrutura de gastos apresentamos redução dos mesmos em todas as áreas.



AGROALPIARÇA

Analisando a Demonstração de Resultados do ano de 2022, podemos concluir que o resultado é negativo em **10.176,56€**. C.I.P.R.L.

A Direção da Agroalpiarça propõe assim que o resultado líquido negativo do exercício de 10.176,56€ tenha a seguinte aplicação:

(10.176,56)€ para Resultados Transitados

Alpiarça, 27 de março de 2023

AGROALPIARÇA – CIPRL

Rua José Relvas, 387 | 2090-105 Alpiarça
243-558288 | agroalpiarca@hotmail.com
NIF 502 000 066

[Handwritten signature]
J. Relvas





compuconta

Sociedade Técnica de Planeamento Contabilístico, Lda.

AGROALPIARÇA, CIPRL

RELATÓRIO E CONTAS

2022

1 - Introdução

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL, com sede social em RUA JOSÉ RELVAS 387, com um capital social de 150 000,00 €, tem como atividade principal Agricultura e produção animal combinadas. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2022.

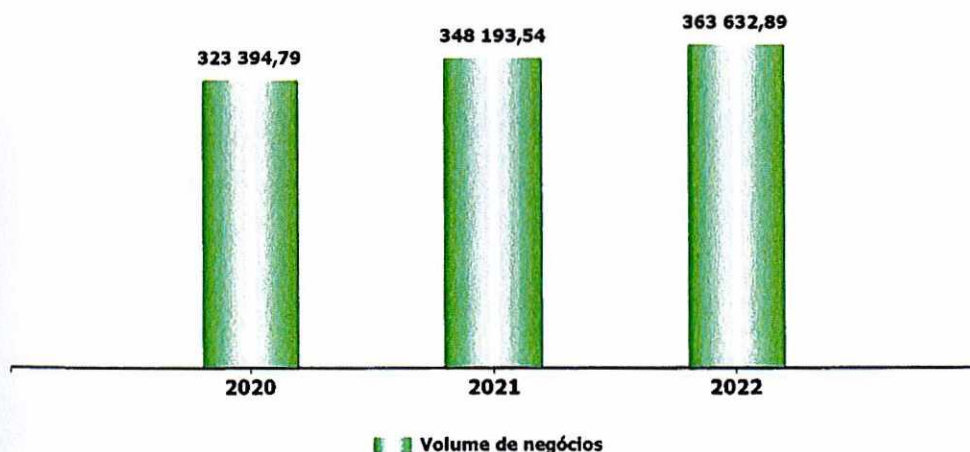
O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2022 os resultados espelham uma evolução positiva da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 363 632,89 €, representando uma variação de 4,43% relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:

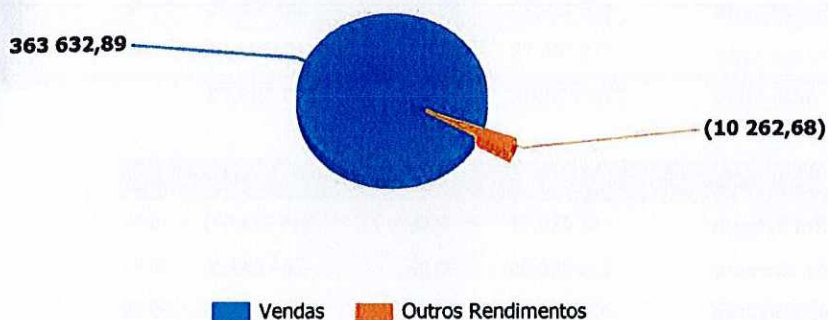
Evolução Vendas e Prestações Serviços



Direcção

[Assinatura]
[Assinatura]

Estrutura de Rendimentos

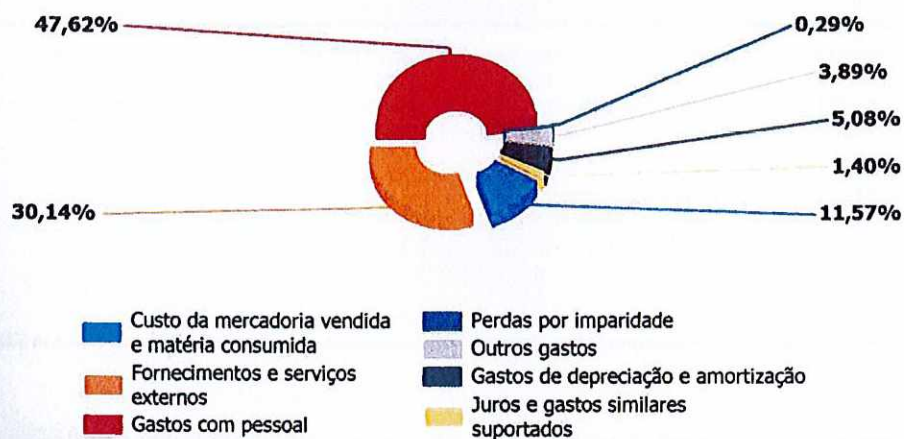


Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos



Estrutura de Gastos Percentual



Direcção

Paulo António

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2022		2021	
Ativo não corrente	456 189,23	59 %	385 529,70	49 %
Ativo corrente	319 566,78	41 %	404 966,01	51 %
Total ativo	775 756,01		790 495,71	

RUBRICAS	2022		2021	
Capital Próprio	51 080,71	7 %	(36 718,04)	-5 %
Passivo não corrente	252 280,95	33 %	284 888,00	36 %
Passivo corrente	472 394,35	61 %	542 325,75	69 %
Total Capital Próprio e Passivo	775 756,01		790 495,71	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 realizou um resultado líquido de -10 176,56€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

ANO	2022
Resultados Transitados	(10 176,56)

Direcção

João Furtado
Paulo R. V.

6 - Outras Informações

A AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2022.

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

Conforme já referido em reunião, chama-se à atenção para o facto de o valor dos Capitais Próprios da Sociedade Agroalpiarça CIPRL, conforme evidenciado no Balanço atinge o montante de 51.080,71 €, encontrando-se assim perdida mais de metade do Capital Social

Esta situação enquadra-se no Art. 35º do CSC (Código das Sociedades Comerciais).

Assim propomos que seja convocada Assembleia Geral, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 35º do CSC.

- Activo Corrente = 319.566,78€
- Passivo Corrente = 472.394,35€
- Activo Total = 775.756,01€
- Passivo Total = 724.675,30€

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, e o Anexo.

Direcção

Paulo B. - 10

**AGROALPIARÇA - PROD.
AGRÍCOLA, CIPRL**

Direccção

Direção
João Faria
Cabeleira

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

CARLOS MANUEL
BOAVIDA FERREIRA

RUBRICAS	DATAS	
	2022	2021
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	455 202,16	384 722,60
Investimentos financeiros	987,07	807,10
	456 189,23	385 529,70
Ativo corrente		
Inventários	70 407,09	222 961,97
Clientes	86 761,11	109 723,13
Diferimentos	2 601,03	3 212,68
Outros ativos correntes	26 048,87	27 226,96
Caixa e depósitos bancários	133 748,68	41 841,27
	319 566,78	404 966,01
Total ativo	775 756,01	790 495,71
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio		
Capital subscrito	150 000,00	150 000,00
Reservas	102 615,84	102 615,84
Resultados transitados	(380 287,39)	(333 653,21)
Outras variações no capital próprio	188 928,82	90 953,51
Resultado líquido do período	(10 176,56)	(46 634,18)
Total do capital próprio	51 080,71	(36 718,04)
Passivo		
Passivo não corrente		
Financiamentos obtidos	252 280,95	284 888,00
	252 280,95	284 888,00
Passivo corrente		
Fornecedores	311 487,49	348 159,99
Estado e outros entes públicos	10 756,82	13 472,81
Financiamentos obtidos	32 250,43	44 938,22
Outros passivos correntes	117 899,61	135 754,73
	472 394,35	542 325,75
Total do passivo	724 675,30	827 213,75
Total do capital próprio e do passivo	775 756,01	790 495,71

Direcção

Carlos Manuel Boavida Ferreira

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

CARLOS MANUEL
BOAVIDA FERREIRA

Autenticado de forma digital por CARLOS
MANUEL BOAVIDA FERREIRA
Data: 2023-01-28 14:25:54 T

Identificação da entidade

0.1. Dados de identificação

Designação da entidade: AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA, CIPRL
 Sede social: RUA JOSÉ RELVAS 387
 Natureza da atividade: Agricultura e produção animal combinadas
 Código CAE: 01500
 Nº médio de empregados durante o período: 7,00

1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com regime de normalização contabilística para microentidades, o instituído pelo Decreto -Lei n.º 36 -A/2011, de 9 de Março, o qual contempla as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2 - Principais políticas contabilísticas

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

Direção

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados num período máximo de 10 anos.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo.

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo

qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 25.000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes,

conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rêdito e regime do acréscimo

O rêdito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rêdito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rêdito das Normas contabilísticas e de relato financeiro para micro entidades, dado que o rêdito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida que decorre o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3 - Ativos fixos tangíveis

3.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamento s AFT	TOTAL
Valor bruto no início	358 252,04	137 846,45	539 666,71	163 971,58	14 972,72		26 761,27	3 450,00		1 244 920,77
Depreciações acumuladas	35 718,77	124 974,43	505 312,09	152 458,89	14 972,72		26 761,27			860 198,17
Saldo no início do período	322 533,27	12 872,02	34 354,62	11 512,69				3 450,00		384 722,60
Variações do período	72 539,28	(2 344,28)	4 038,11	(3 753,55)						70 479,56
Total de aumentos	77 833,16		11 116,39							88 949,55
Aquisições em primeira mão	77 833,16		11 116,39							88 949,55
Total diminuições	5 293,88	2 344,28	7 078,28	3 753,55						18 469,99
Depreciações do período	5 293,88	2 344,28	7 078,28	3 753,55						18 469,99
Saldo no fim do período	395 072,55	10 527,74	38 392,73	7 759,14				3 450,00		455 202,16
Valor bruto no fim do período	430 085,26	137 846,45	550 783,10	163 971,58	14 972,72		26 761,27	3 450,00		1 333 870,32
Depreciações acumuladas no fim do período	41 012,65	127 318,71	512 390,37	156 212,44	14 972,72		26 761,27			878 668,16

Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	358 252,04	137 846,45	522 553,57	152 157,37	18 639,01		26 761,27	3 450,00		1 219 659,71
Depreciações acumuladas	30 424,89	122 630,15	497 678,32	148 817,94	18 639,01		26 761,27			844 951,58
Saldo no início do período	327 827,15	15 216,30	24 875,25	3 339,43				3 450,00		374 708,13
Variações do período	(5 293,88)	(2 344,28)	9 479,37	8 173,26						10 014,47
Total de aumentos			17 113,14	15 014,21						32 127,35
Aquisições em primeira mão			17 113,14	15 014,21						32 127,35
Total diminuições	5 293,88	2 344,28	7 633,77	6 840,95						22 112,88
Depreciações do período	5 293,88	2 344,28	7 633,77	6 840,95						22 112,88
Outras transferências		0,00								0,00
Saldo no fim do período	322 533,27	12 872,02	34 354,62	11 512,69				3 450,00		384 722,60
Valor bruto no fim do período	358 252,04	137 846,45	539 666,71	163 971,58	14 972,72		26 761,27	3 450,00		1 244 920,77
Depreciações acumuladas no fim do período	35 718,77	124 974,43	505 312,06	152 458,89	14 972,72		26 761,27			860 198,17

4 - Ativos Intangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvidos	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos a at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas totais no fim do período			49,72	636,72				686,44
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			49,72	636,72				686,44
Amortizações acumuladas			49,72	636,72				686,44
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total de diminuições								
Saldo no final do período								

Quadro comparativo:

Direcção

5 - Locações

5.1. Decomposição das locações de acordo com o quadro seguinte:

Descrição	Ativos intangíveis	Ativos fixos tangíveis	Propriedades de investimento	Total	Locações Operacionais
Valor Bruto		12 601,63		12 601,63	
Depreciações/Amortizações acumuladas		12 349,60		12 349,60	
Saldo no fim do período		252,03		252,03	
Total dos futuros pagamentos mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					
Valor atual do total dos futuros pag. mínimos					
Até um ano					
De um a cinco anos					
Mais de cinco anos					

Quadro comparativo:

CARLOS MANUEL
BOAVIDA FERREIRA

ANEXO DO ANO DE 2022

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	(10 149,73)	(46 608,44)
Imposto corrente	26,83	25,74
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	26,83	25,74
Tributações autónomas	26,83	25,74
Taxa efetiva de imposto	(0,26)	(0,05)

9.2. Outras divulgações

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento		26,83		25,74
Imposto estimado		26,83		25,74
Retenção de impostos sobre rendimentos		580,15		1 400,89
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		7 934,58		8 948,10
Contribuições para a Segurança Social		2 192,38		3 064,59
Outras tributações		22,88		33,49
Total		10 756,82		13 472,81

10 - Instrumentos financeiros

10.1. Perdas por imparidade em ativos financeiros, conforme discriminação no quadro seguinte:

Descrição	Perdas por Imparidade Período	Rev. Perdas Imparidade Período	Valor Líquido Período	Perdas por Imp. Per. Anterior	Rev. Perdas Imp. Per. Anterior	Valor Líquido Per. Anterior
Dívidas a receber de clientes	1 063,61		1 063,61			
Outras dívidas a receber						
Instrumentos de capital próprio e outros títulos						
Outras perdas por imparidade em ativos financeiros						
Total	1 063,61		1 063,61			

10.2. Discriminação das dívidas de cobrança duvidosa:

Descrição	Valor Período
Relativos a processos de insolvência e recuperação	
Reclamadas judicialmente	
Em mora:	55 128,71
Há mais de seis meses e até doze meses	
Há mais de doze meses e até dezoito meses	
Há mais de dezoito e até vinte e quatro meses	
Há mais de vinte e quatro meses	55 128,71
Total	55 128,71

10.3. Categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Direção

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Vendas de bens	363 632,89	347 753,54
Prestação de serviços		440,00
Outros réditos	129 230,02	80 762,85
Total	492 862,91	428 956,39

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento			4 866,00						
Para ativos fixos tangíveis			4 866,00						
Terrenos e recursos naturais			2 879,98						
Equipamento básico			1 986,02						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			12 456,89						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			17 322,89						

Quadro comparativo:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent. - Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent. - Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento			4 310,18						
Para ativos fixos tangíveis			4 310,18						
Terrenos e recursos naturais			2 879,98						
Equipamento básico			1 430,20						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração			12 246,01						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídios ao investimento									
De subsídios à exploração									
Total			16 556,19						

9 - Impostos e contribuições

9.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Direcção

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			167 938,69	(55 128,71)	
Cientes			141 889,82	(55 128,71)	
Outras contas a receber			26 048,87		
Passivos financeiros:			713 918,48		
Fornecedores			311 487,49		
Adiantamentos de clientes			6 500,00		
Financiamentos obtidos			284 531,38		
Outras contas a pagar			111 399,61		
Ganhos e perdas líquidos:			(1 585,09)		
De ativos financeiros			(1 073,82)		
De passivos financeiros			(511,27)		
Rendimentos e gastos de juros:			(4 785,98)		
De passivos financeiros			(4 785,98)		

Quadro comparativo:

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			136 950,09		
Cientes			109 723,13		
Adiantamentos a fornecedores			5 645,85		
Outras contas a receber			21 581,11		
Passivos financeiros:			813 740,94		
Fornecedores			348 159,99		
Adiantamentos de clientes			6 500,00		
Financiamentos obtidos			329 826,22		
Outras contas a pagar			129 254,73		
Ganhos e perdas líquidos:			(77,53)		
De ativos financeiros			(0,46)		
De passivos financeiros			(77,07)		
Rendimentos e gastos de juros:			(7 464,34)		
De passivos financeiros			(7 464,34)		

11 - Capital Próprio

11.1. Movimentos associados ao capital próprio

Direcção

ANEXO DO ANO DE 2022

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150 000,00			150 000,00
Reservas	102 615,84			102 615,84
Reservas legais	8 882,33			8 882,33
Outras reservas	93 733,51			93 733,51
Resultados transitados	(333 653,21)	46 634,18		(380 287,39)
Outras variações nos capitais próprios	90 953,51		97 975,31	188 928,82
Subsídios	47 491,59		51 427,46	98 919,05
Outras variações	43 461,92		46 547,85	90 009,77
Total	9 916,14	46 634,18	97 975,31	61 257,27

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	150 000,00			150 000,00
Por memória: quotas não liberadas	(22,46)		22,46	
Reservas	102 615,84			102 615,84
Reservas legais	8 882,33			8 882,33
Outras reservas	93 733,51			93 733,51
Resultados transitados	(290 127,49)	43 525,72		(333 653,21)
Outras variações nos capitais próprios	47 241,77		43 711,74	90 953,51
Subsídios	47 241,77		249,82	47 491,59
Outras variações			43 461,92	43 461,92
Total	9 730,12	43 525,72	43 711,74	9 916,14

12 - Divulgações exigidas por diplomas legais

12.1. Informação por atividade económica

Direção

Descrição	Atividade CAE I	Total
Vendas	363 632,89	363 632,89
De mercadorias	114,41	114,41
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	363 518,48	363 518,48
Compras	41 841,75	41 841,75
Fornecimentos e serviços externos	109 579,65	109 579,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	42 064,67	42 064,67
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	42 064,67	42 064,67
Variação nos Inventários de produção	(151 949,59)	(151 949,59)
Gastos com o pessoal	173 121,57	173 121,57
Remunerações	137 570,49	137 570,49
Outros gastos	35 551,08	35 551,08
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	455 202,16	455 202,16
Total das aquisições	88 949,55	88 949,55
Propriedades de investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE I	Total
Vendas	347 753,54	347 753,54
De mercadorias	4 905,00	4 905,00
De produtos acabados, semiacabados resíduos e refugos	342 848,54	342 848,54
Prestações de serviços	440,00	440,00
Compras	96 466,74	96 466,74
Fornecimentos e serviços externos	139 701,19	139 701,19
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	99 189,92	99 189,92
Mercadorias	3 640,00	3 640,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	95 549,92	95 549,92
Variação nos Inventários de produção	(1 877,84)	(1 877,84)
Número médio de pessoas ao serviço	8,00	8,00
Gastos com o pessoal	201 711,08	201 711,08
Remunerações	164 773,66	164 773,66
Outros gastos	36 937,42	36 937,42
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	394 722,60	394 722,60
Total das aquisições	32 127,35	32 127,35
Propriedades de investimento		

12.2. Informação por mercado geográfico

ANEXO DO ANO DE 2022

AGROALPIARÇA - PROD. AGRÍCOLA,
CIPRL

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	363 632,89			363 632,89
Prestações de serviços				
Compras	41 841,75			41 841,75
Fornecimentos e serviços externos	109 569,74	9,91		109 579,65
Aquisições de ativos fixos tangíveis	88 949,55			88 949,55
Rendimentos suplementares:	88 486,68			88 486,68
Outros rendimentos suplementares	88 486,68			88 486,68

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	347 753,54			347 753,54
Prestações de serviços	440,00			440,00
Compras	92 088,58	4 378,16		96 466,74
Fornecimentos e serviços externos	138 524,19	1 177,00		139 701,19
Aquisições de ativos fixos tangíveis	32 127,35			32 127,35
Rendimentos suplementares:	75 632,88			75 632,88
Outros rendimentos suplementares	75 632,88			75 632,88

12.3. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

- Conforme já referido em reunião, chama-se à atenção para o facto de o valor dos Capitais Próprios da Sociedade Agroalpiarça CIPRL, conforme evidenciado no Balanço atinge o montante de 51.080,71€, encontrando-se assim perdida mais de metade do Capital Social

Esta situação enquadra-se no Art. 35º do CSC (Código das Sociedades Comerciais).

Assim propomos que seja convocada Assembleia Geral, com vista a dar cumprimento ao disposto no art. 35º do CSC.

- Activo Corrente = 319.566,78 €
- Passivo Corrente = 472.394,35 €
- Activo Total = 775.756,01 €
- Passivo Total = 724.675,30 €

13 - Outras informações

13.1. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Direcção

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	1 001,60	17 294,65
Serviços especializados	16 485,45	42 731,84
Trabalhos especializados	6 318,92	10 113,68
Publicidade e propaganda		715,00
Vigilância e segurança	74,50	70,50
Comissões		3,90
Conservação e reparação	8 986,58	30 143,72
Outros	1 105,45	1 685,04
Materiais	708,14	1 797,46
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	289,80	831,93
Material de escritório	413,28	965,53
Artigos para oferta	5,06	
Energia e fluidos	54 832,44	39 741,32
Electricidade	41 482,65	25 976,93
Combustíveis	10 239,61	10 686,28
Água	2 356,12	2 468,93
Outros	754,06	609,18
Deslocações, estadas e transportes	517,10	1 298,25
Deslocações e estadas	47,10	618,25
Transportes de mercadorias	470,00	680,00
Serviços diversos	36 034,92	36 837,67
Rendas e alugueres	27 484,60	26 705,54
Comunicação	1 640,87	1 976,84
Seguros	4 455,57	6 148,98
Contencioso e notariado	65,44	
Despesas de representação		64,25
Limpeza, higiene e conforto	1 211,48	1 267,39
Outros serviços	1 176,96	674,67
Total	109 579,65	139 701,19

4 - Partes relacionadas

4.1. Identificação das partes relacionadas

4.1.1. Entidades participantes

4.1.1.1. Participação no capital social da entidade

Descrição	Percentagem
De pessoas coletivas residentes	99,870000%
De pessoas singulares residentes	0,130000%
Total	100,000000%

4.1.1.2. Entidades que participam diretamente no capital da entidade

direcção

NIF 501133097
 LEI
 Denominação
 Sede (País) PT
 CAE 8411
 Part. direta capital (%) 99,870000%
 Part. direta direitos voto (%) 5,880000%
 Data de início da participação 20-04-1988
 Data de fim da participação

4.1.2. Entidades participadas

4.1.2.1. Entidades em que a entidade participa diretamente

NIF 501873872
LEI
Denominação Agromais
Sede (País) PT
CAE 4621
Dividendos pagos pela participante
Natureza relação
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não) Não
Se SIM, indique o método
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não) Não
Part. direta capital (%) 0,010000%
Part. direta direitos voto (%) 0,010000%
Data de início da participação 17-11-2000
Data de fim da participação

NIF 510853960
LEI
Denominação FCT
Sede (País) PT
CAE 6530
Dividendos pagos pela participante
Natureza relação
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não) Não
Se SIM, indique o método
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não) Não
Part. direta capital (%) 0,010000%
Part. direta direitos voto (%) 0,010000%
Data de início da participação 01-12-2018
Data de fim da participação

NIF 504091735
LEI
Denominação CCAM
Sede (País) PT
CAE 6419
Dividendos pagos pela participante
Natureza relação
A participada é consolidada pela entidade? (Sim / Não) Não
Se SIM, indique o método
A participada é controlada pela entidade? (Sim / Não) Não
Part. direta capital (%) 0,010000%
Part. direta direitos voto (%) 0,010000%
Data de início da participação 07-10-1988
Data de fim da participação

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1. Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		32 250,43	57 977,60	5 085,98	4 785,98				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		32 250,43	57 977,60	5 085,98	4 785,98				
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		32 250,43	57 977,60	5 085,98	4 785,98				

Quadro comparativo:

Descrição	Valor contratual do empréstimo	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.	Dispêndios com ativo	Taxa capitalização utilizada	Custos emp.capitaliza dos	Custos emp.em gastos
Empréstimos genéricos		44 938,22	284 888,00	7 576,50	7 464,34				
Instituições de crédito e sociedades financeiras		44 938,22	90 584,65	7 576,50	7 464,34				
Participantes de capital			194 303,35						
Outros participantes - suprimentos e outros			194 303,35						
Empréstimos específicos									
Total dos Empréstimos		44 938,22	284 888,00	7 576,50	7 464,34				

6 - Benefícios dos empregados

16.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	7,00	12 332,00	8,00	15 530,00
Pessoas remuneradas	7,00	12 332,00	8,00	15 530,00
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	7,00	12 332,00	8,00	15 530,00
Pessoas a tempo completo	7,00	12 332,00	8,00	15 530,00
(das quais pessoas remuneradas)	7,00	12 332,00	8,00	15 530,00
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	7,00	12 332,00	8,00	15 530,00
Masculino	7,00	12 332,00	8,00	15 530,00
Feminino				
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

16.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Direcção

Pag. 17 de 18

CC Nº 9019 (Carlos Ferreira)

CARLOS MANUEL BOAVIDA FERREIRA
Assinado de forma digital por
CARLOS MANUEL BOAVIDA FERREIRA
Data: 2023.03.27 19:12:48 - 01:09

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	173 121,57	201 711,08
Remunerações do pessoal	137 570,49	164 773,66
Encargos sobre as remunerações	28 621,51	31 205,71
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 563,10	3 978,30
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	1 366,47	1 753,41
- fardamento	44,72	264,07

Fluxos de Caixa

7.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	637,40	590,87		1 228,27
Depósitos à ordem	40 203,87	81 316,54		121 520,41
Outros depósitos bancários	1 000,00	10 000,00		11 000,00
Total	41 841,27	91 907,41		133 748,68

Quadro comparativo:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 260,23		622,83	637,40
Depósitos à ordem	39 337,93	865,94		40 203,87
Outros depósitos bancários		1 000,00		1 000,00
Total	40 598,16	1 865,94	622,83	41 841,27



AGROALPIARÇA

C. I. P. R. L.

75



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

1. Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos o parecer sobre o Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela direção da AGROALPIARÇA, PRODUÇÃO AGRÍCOLA, COOPERATIVA DE INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, relativamente ao período findo em 31 de dezembro de 2022.
2. No decurso do exercício que acompanhamos, verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação.
Vigiámos também, pela observância da lei e dos estatutos.
3. No âmbito das nossas funções verificamos que:
 - a) O Balanço a Demonstração dos Resultados e os correspondentes anexos, permitem uma avaliação e compreensão adequada à situação financeira da cooperativa e dos seus resultados;
 - b) Consideramos que, quer as políticas contabilísticas, quer todos os critérios que foram adotados foram os procedimentos adequados;
 - c) O Relatório de atividades vem esclarecer toda a evolução da atividade da Cooperativa e da sua atual situação financeira, onde estão explanados todos os aspetos com maior significado;

Nestes termos, tendo em consideração as informações que recebemos da Direção e da consequente análise do Relatório de contas, somos do parecer que:

1. O Relatório de Atividades e as Demonstrações Financeiras sejam aprovados;
2. Concordamos com a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção.

Alpiarça, 27 de Março de 2023



Handwritten signatures and initials in blue ink at the top left of the page.

AGROALPIARÇA

C. I. P. R. L.

Handwritten signature in blue ink at the top right of the page.

O CONSELHO FISCAL

O presidente do Conselho Fiscal

João Manuel Martinho Porfírio

João Manuel Martinho Porfírio

O 1º Vogal

Abel Ferreira Melro Pedro

Abel Ferreira Melro Pedro

O 2º Vogal

Rui Sanfona Paulino

Rui Sanfona Paulino



[Handwritten signatures in blue and red ink]

CÂMARA MUNICIPAL
DE ALPIARÇA
CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS
2022

DOCUMENTOS DAS ENTIDADES PARTICIPADAS
AR - ÁGUAS DO RIBATEJO, EM SA



Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in black ink.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO

Balanço em 31 de Dezembro de 2022

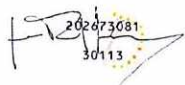
(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.22	31.Dez.21
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	4	90 644 165,23	90 464 601,51
Ativos intangíveis	5	660 955,29	660 148,26
Outros investimentos financeiros	6	23 755,65	18 384,39
Ativos por impostos diferidos	9	0,00	92 461,92
Total dos Ativos Não Correntes		91 328 876,17	91 235 596,08
Inventários	7	330 529,17	232 639,51
Clientes	8, 28	2 304 929,51	2 765 721,74
Estado e outros entes públicos	9	278 966,05	790 871,78
Outros créditos a receber	10, 28	1 983 652,64	2 226 281,45
Diferimentos	11	84 790,08	89 448,44
Caixa e depósitos bancários	12	6 989 246,42	4 321 481,59
Total dos Ativos Correntes		11 972 113,87	10 426 444,51
		103 300 990,04	101 662 040,59
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	1, 13	13 743 362,00	13 743 362,00
Reservas legais	14	2 748 672,40	2 748 672,40
Outras reservas		1 065 955,95	1 065 955,95
Resultados transitados	15	7 295 204,49	5 285 211,76
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	16	40 040 447,46	40 221 418,08
Resultado líquido do período		2 225 291,97	2 009 992,73
Total dos Capitais Próprios		67 118 934,27	65 074 612,92
Passivo			
Financiamentos obtidos	17	12 659 686,31	14 812 793,32
Outras dívidas a pagar	18, 28	11 293 459,54	11 344 502,54
Total dos Passivos Não Correntes		23 953 145,85	26 157 295,86
Fornecedores	19, 20	1 186 718,15	1 270 723,25
Estado e outros entes públicos	9	383 859,00	201 673,04
Financiamentos obtidos	17	3 702 447,88	3 086 611,49
Outras dívidas a pagar	18, 28	6 955 884,89	5 871 124,03
Total dos Passivos Correntes		12 228 909,92	10 430 131,81
Total do Passivo		36 182 055,77	36 587 427,67
		103 300 990,04	101 662 040,59

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 16 de março de 2023

O Contabilista Certificado


 202673081
30113

A Administração

Francisco Oliveira
Catarina Vale
Pedro Ferreira

M p f R A

80



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos Resultados por Naturezas Período findo em 31 de Dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

	Notas	2022	2021
Vendas de mercadorias	20	7 750 739,51	7 842 435,82
Prestação de serviços	20	10 002 315,53	9 785 411,64
Subsídios à exploração	27	39 839,06	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21	(1 164 768,77)	(1 243 807,73)
Fornecimentos e serviços externos	22	(6 548 953,03)	(7 314 484,33)
Gastos com o pessoal	23	(4 451 139,14)	(4 041 495,33)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	107 595,29	(277 234,52)
Outros rendimentos	24	3 061 176,45	3 154 524,06
Outros gastos	25	(217 846,00)	(255 041,00)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 578 958,90	7 650 308,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	(5 522 746,84)	(5 287 590,37)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		3 056 212,06	2 362 718,24
Juros e rendimentos similares obtidos	26	33 377,22	16 163,37
Juros e gastos similares suportados	26	(283 056,79)	(264 927,03)
Resultado antes de impostos		2 806 532,49	2 113 954,58
Imposto sobre o rendimento do período	9	(581 240,52)	(103 961,85)
Resultado líquido do período		2 225 291,97	2 009 992,73

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 16 de março de 2023

O Contabilista Certificado

202473081
30113

A Administração

Francisco Oliveira
Catarina Vale
Pedro Ferreira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

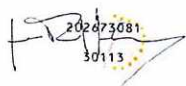
Demonstração dos Fluxos de Caixa Período findo em 31 de dezembro de 2022

(Montantes expressos em euros)

	Notas	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	8	25 461 173,55	18 245 740,47
Pagamentos a fornecedores	20	-9 400 988,75	-5 616 259,46
Pagamentos ao pessoal	24	-4 108 618,33	-4 041 495,33
Caixa gerada pelas operações		11 951 566,47	8 587 985,68
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	9	32 745,98	-453 603,00
Outros recebimentos / pagamentos	1, 19, 25, 26	-5 342 660,84	-3 986 049,90
Fluxos das atividades operacionais [1]		6 641 651,59	4 148 332,78
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	-4 933 145,89	-4 580 369,02
Outros ativos		-4 933 145,89	-4 580 369,02
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			8 128,06
Investimentos financeiros		1 054,23	
Subsídios ao investimento	16	2 737 989,92	697 690,11
Juros e rendimentos similares		52,72	16 163,37
Dividendos		2 739 096,87	721 981,54
Fluxos das atividades de investimento [2]		-2 194 049,02	-3 858 387,48
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17, 18	1 875 000,00	3 750 000,00
Outras operações de financiamento		1 875 000,00	3 750 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17, 18	-3 412 270,62	-3 085 763,95
Juros e gastos similares	27	-242 567,12	-264 927,03
Outras operações de financiamento		-3 654 837,74	-3 350 690,98
Fluxos das atividades de financiamento [3]		-1 779 837,74	399 309,02
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		2 667 764,83	689 254,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	4 321 481,59	3 632 227,27
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	6 989 246,42	4 321 481,59

Salvaterra de Magos, 16 de março de 2023

O Contabilista Certificado



A Administração

Francisco Oliveira
Catarina Vale
Pedro Ferreira

Mx + R



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2022

			(Valores expressos em euros)						
			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/Otras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do Período	1	Notas	13 743 362,00	2 748 672,40	1 065 955,95	5 285 211,76	40 221 418,08	2 009 992,73	65 074 612,92
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	14, 15, 16				2 009 992,73	-180 970,62	-2 009 992,73	-180 970,62
						2 009 992,73	-180 970,62	-2 009 992,73	-180 970,62
Resultado Líquido do Período	3							2 225 291,97	2 225 291,97
Resultado Integral	4 = 2 + 3							215 299,24	2 044 321,35
Operações com detentores de capital próprio									
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações	5								
Posição no fim do Período	6 = 1 + 2 + 3 + 5		13 743 362,00	2 748 672,40	1 065 955,95	7 295 204,49	40 040 447,46	2 225 291,97	67 118 934,27

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 16 de março de 2023

O Contabilista Certificado

202673081
30113

A Administração

Francisco Oliveira
Catarina Vale
Pedro Ferreira

Demonstração das Alterações no Capital Próprio - Exercício de 2021

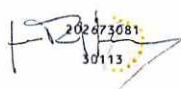
(Valores expressos em euros)

			Capital Próprio atribuído aos detentores do capital						
			Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos/O utras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no Início do Período	1	Notas	13 743 382,00	2 393 350,17	1 065 955,95	2 936 417,58	41 912 813,28	2 704 116,41	64 758 015,37
Alterações no período									
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		14, 15, 16		355 322,23		2 348 794,18	-1 691 395,18	-2 704 116,41	-1 691 395,18
	2			355 322,23		2 348 794,18	-1 691 395,18	-2 704 116,41	-1 691 395,18
Resultado Líquido do Período	3							2 009 992,73	2 009 992,73
Resultado Integral	4 = 2 + 3							-694 123,68	318 597,55
Operações com detentores de capital próprio	5								
Posição no Fim do Período	6 = 1 + 2 + 3 + 5		13 743 382,00	2 748 672,40	1 065 955,95	5 285 211,76	40 221 418,08	2 009 992,73	65 074 612,92

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Salvaterra de Magos, 16 de março de 2023

O Contabilista Certificado


 202673081
30113

A Administração

 Francisco Oliveira
 Catarina Vale
 Pedro Ferreira



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, demonstrações financeiras e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relatório

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a atividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e normas contabilísticas e de relato financeiro que lhe estão subjacentes e, ainda, através dos contatos estabelecidos com o Conselho de Administração e os Serviços, que nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

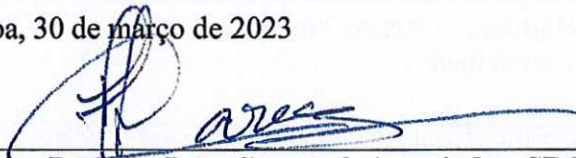
Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Parecer

Considerando as análises e os trabalhos efetuados, e tendo em atenção o teor da Certificação Legal das Contas, que emitimos, somos de parecer que, a Assembleia Geral da **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**:

- a) aprove o relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022;
- b) aprove a proposta de aplicação de resultados constante do relatório do Conselho de Administração.

Lisboa, 30 de março de 2023


Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.
Sociedade registada na OROC sob o n.º 68 e CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob o n.º 849 e CMVM sob o n.º 20160473

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A. (a Entidade)**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 103.300.990 euros e um total de capital próprio de 67.118.934 euros, incluindo um resultado líquido de 2.225.292 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, E.I.M, S.A.** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados às circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- 
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

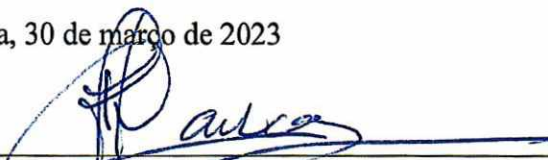
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de março de 2023



Martins Pereira, João Careca & Associados, SROC, Lda.

Sociedade registada na OROC sob o n.º 68 e CMVM sob o n.º 20161404
representada por João António de Carvalho Careca
registado na OROC sob o n.º 849 e CMVM sob o n.º 20160473

José Pedro Costa Amador
José Freitas
Estimado Q. G.
Los Angeles Vicos Resed?

Maxia Regina Sordshed LT-F
 Maxia Regina

~~HP~~

~~HP~~

~~HP~~

Chit-Brazel

Suzanne Peters

Wald.

R.S.O.V.

~~HP~~

Peter

Hilke/Hiangga

Dank U.

Fluck

CÂMARA MUNICIPAL
DE ALPIARÇA

CONSOLIDAÇÃO
DE CONTAS

2022

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com Reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31/12/2022 (que evidencia um total de 64.081.611 euros e um total de património líquido de 56.351.388 euros, incluindo um resultado líquido de 433.982 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com Reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** em 31/12/2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com Reservas

1. A entidade detém participação de 99,87% na Agroalpiarça, CIPRL. A participada não apresenta, a 31 de dezembro de 2022, demonstrações financeiras auditadas. Por esse motivo, e uma vez que não nos foi possível efetuar procedimentos de auditoria alternativos, nos foi possível concluir quanto ao efeito, se algum, dos eventuais ajustamentos que poderiam ter sido identificados caso tivéssemos obtido a informação suprarreferida.
2. Conforme mencionado na nota 4 do anexo, existe contrato de concessão de serviços com a E-REDES, no âmbito da NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços. Relativamente a este contrato, a Entidade não obteve do Concessionário a informação detalhada sobre os ativos de concessão. Não estão reunidos os requisitos para reconhecimento dos ativos de concessão de acordo com a NCP 5 – Ativos Fixos Tangíveis. Assim, não nos foi possível concluir sobre os eventuais impactos, se existem, nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da



MA + PA
m



h

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota 20 do anexo, a entidade controlada, Agroalpiarça Produção Agrícola, CIPRL, reúne as condições para deliberação de dissolução.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP.
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.



Handwritten marks and signatures in the top left corner.



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Handwritten mark or signature in the top right corner.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marinha Grande, 23 de junho de 2023

O Revisor Oficial de Contas

Handwritten signature of Luís Guerra Marques.

Assinado de
forma digital por
[Assinatura
Qualificada] Luís
Guerra Marques

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por
Luís Guerra Marques - ROC nº 620





MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS



PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL - MUNICÍPIO DE ALPIARÇA

1. Nos termos da Lei 73/2013, cabe ao Revisor Oficial de Contas emitir parecer sobre os documentos de prestação de conta consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA**, referentes ao exercício findo em 31/12/2022.

2. O Revisor Oficial de Contas desempenhou regularmente as funções previstas no artigo 48º da Lei 2/2007, tendo procedido às verificações que entendeu necessárias nas circunstâncias e apreciado as contas consolidadas do Município. Para a execução destes trabalhos recebeu do Município toda a informação que ao mesmo solicitou.

3. Em final de exercício foram, para além das contas consolidadas e seus anexos, apreciado o relatório consolidado de gestão tendo em vista a emissão da Certificação de Contas Consolidada.

4. PARECER

Em função da análise que efetuámos aos documentos de prestação de contas consolidadas do **MUNICÍPIO DE ALPIARÇA** referente ao exercício findo em 31/12/2022, e tendo em conta a Reserva e a Ênfase incluídas na Certificação de Contas Consolidadas, somos de opinião que os referidos documentos se apresentam elaborados de acordo com os princípios de consolidação de contas legalmente aplicados a este setor.

5. Por fim, queremos agradecer ao Município e aos seus serviços toda a colaboração que nos prestaram para o desempenho das nossas funções.

Marinha Grande, 23 de junho de 2023

O Revisor Oficial de Contas

Assinado de forma
digital por



[Assinatura
Qualificada] Luís
Guerra Marques

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, Lda

Representada por
Luís Guerra Marques-ROC nº 620



